



O SARGENTO

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE SARGENTOS

Director: Álvaro Martins • 0,75 € • Ano IX • Novembro/Dezembro 2006 • Nº 64

EDITORIAL

Bem Prega Frei Tomaz...

Ouvimos quase diariamente através da Comunicação Social diferentes governantes afirmar, quando isso lhes convém, que as leis são para se cumprir, por todos sem excepção.

Passemos a dar alguns exemplos, poucos para não nos tornarmos fastidiosos. Assim:

- Nas comemorações oficiais da implantação da República o Sr. Presidente da República alertou para as responsabilidades dos titulares de cargos públicos em dar o exemplo, cito: *"na seriedade, na integridade, no respeito pelas leis"*.

- O Primeiro-ministro, no passado dia 7 de Outubro numa deslocação, a nível partidário, ao Funchal, a respeito das sanções legais, congelamento das verbas orçamentais para aquela Região Autónoma, afirmou, passo a citar: *"a lei é para ser cumprida"*.

- No passado dia 19 de Outubro, no programa da RTP1, "Grande Entrevista", o ministro da Finanças voltou a afirmar, quando questionado sobre o diferendo com o Governo Regional da Madeira, que num Estado de Direito a lei é para ser cumprida por todos.

Com tal princípio, não podemos estar mais de acordo! Mas então que se cumpria e por todos sem excepção – cidadãos, instituições, governantes e Órgãos de Estado. Se fica sempre bem relembrar, quando nos dá jeito, este princípio elementar, impõe-se afirmar que não é sério, legítimo e democrático omitir, ou mesmo dolosamente incumprir com normativas legais quando nos convém.

Vem isto a propósito do Relatório elaborado e divulgado publicamente pela Comissão de Inquérito ao Incumprimento da Legalidade Democrática. Relatório que elenca mais de 40 normas legislativas que se aplicam aos militares, desrespeitadas repetida e sistematicamente pelos poderes públicos, Chefias Militares, Governo e Assembleia da República, apesar da nossa acção de denúncia junto de todos eles e da própria Presidência da República e, nalguns casos, mesmo depois dos Tribunais se terem pronunciado condenando as práticas.

É sem sombra de dúvidas um relatório arrasador e que, entre outras coisas, vem demonstrar a hipocrisia dos que não tendo pejo em desrespeitar a lei a invocam para justificar os seus actos.

Parafraseando o Presidente da Comissão de Inquérito, acima referida:

"Se o Estado quer moralizar as suas instituições e organismos, tem de ser o primeiro a dar o exemplo e comportar-se, em todas as circunstâncias, como uma pessoa de bem. Não pode prometer para, de seguida, não cumprir; não pode louvar para, em seguida, menorizar ou desprezar; não pode clamar por patriotismo para, em seguida, não respeitar quem se dá até ao limite da própria vida!"

Bem prega Frei Tomaz: Faz o que digo, não o que faço! ▲

PERSISTIR NA LUTA É O CAMINHO!



70.º Aniversário da Revolta dos Marinheiros

Pág. 12



Solidariedade com David' Pereira

Pág. 7

Desorganização na FAP prejudica Sargentos

A Força Aérea Portuguesa continua a apelar a resolução dos problemas relativos ao desempenho de funções de posto superior que incidem em particular sobre muitos Sargentos que prestam serviço nas áreas de manutenção de aeronaves.

Apesar de inúmeros requerimentos elaborados por camaradas que se sentem prejudicados por esta situação, a chefia da FAP continua a desculpar-se com a falta de definição dos cargos respectivos nas estruturas orgânicas das unidades, quando lhe compete a si definir cabalmente esses cargos, para bem dos militares e da própria organização dos serviços, situação essa regularizada para muitas outras áreas das unidades, especialmente no que aos cargos e funções de oficiais diz respeito.

Este é, no entanto, apenas mais um argumento, falacioso, pois todos estamos lembrados que ainda não há muitos anos a chefia da FAP, para não ter que pagar desempenho de funções de posto superior aos ISAR e SAJ chefes de secção, mudou os nomes das secções para sectores, cessando assim o direito aos respectivos abonos...

A verdade, e aqui é que reside o problema, é que quando a FAP propôs em 1993 uns quadros orgânicos que comporta apenas 330 SAJ e 90 SCH, fê-lo apenas por razões económicas, para agradar ao poder político (por coincidência os oficiais que na altura tinham responsabilidades na gestão do pessoal, chegaram todos a CEMFA...), e não teve em conta as reais necessidades da FAP e os conteúdos funcionais dos seus Sargentos.

Este facto é por demais evidente e accentuou-se com a finalmente conseguida desvalorização funcional, proposta pela chefia da FAP, e atribuída exclusivamente aos Sargentos da FAP, que aconteceu em 2004, quando foram promovidos os militares com 14 anos de permanência no posto.

No entanto, o que se verifica na prática é que temos um número muito elevado de ISAR e SAJ nas manutenções das aeronaves a desempenharem funções de chefia, coordenação e supervisão que nos termos do EMFAR correspondem a postos superiores, sem que lhes seja reconhecido esse direito, prejudicando-os gravemente, pois como é sabido, ao militar que desempenhe funções de posto superior cabe-lhe auferir dos direitos e autoridade correspondente a esse posto.

Por outro lado este problema constitui um factor altamente discriminatório e criador de desmotivação uma vez que, como já se referiu, incide particularmente nas áreas de manutenção, onde continuamente se exigem esforços acrescidos, nomeadamente em termos de trabalho em horário extraordinário.

Sendo certo que os camaradas envolvidos nestas situações não irão desistir de fazer valer os seus direitos, fica o apelo às chefias da FAP para se empenharem na resolução deste problema, que se arrasta há anos e que em nada as prestigia. ▲

O ataque continua

MDN enviou novas propostas de legislação

Recebemos, no passado dia 6 de Outubro, na sede da ANS, mais duas propostas de Leis e um projecto de Decreto-lei enviados pelo MDN, para audição, a saber:

- **Proposta de Lei para não contagem do tempo de serviço para efeitos de progressão nas carreiras e congelamento do montante de todos os suplementos remuneratórios**

De acordo com esta proposta o actual congelamento da contagem de tempo de serviço para efeitos de progressão e os suplementos remuneratórios a vigorar desde 31 de Agosto de 2005 e com fim previsto para 31 de Dezembro de 2006, prolongar-se-á pelo menos até ao fim de 2007. O descongelamento estava dependente da revisão dos sistemas de carreiras da Administração Pública que não está ainda concluído. Para além disso o Governo vem agora argumentar que, inserido no Programa de Reforma da Administração Central do Estado, PRACE, deve ir fazer uma Lei de Reforma dos Vínculos, Carreiras e Remunerações antes de proceder à elaboração dos diplomas de desenvolvimento das novas carreiras gerais e especiais, pelo que se prevê que esta situação ainda se venha a manter por muito tempo.

- **Proposta de Lei de alteração do novo regime de descontos dos subsistemas de saúde da Administração Pública**

De acordo com este documento o Governo vem propor que o desconto mensal dos militares do activo e reserva, para a ADM, que em 2007 era previsto ser de 0,9% do vencimento base, passe a ser de 1,4%, fixando-se em 1,5% em 2008.

Os militares da reforma passam a descontar mensalmente para a ADM 1% da



sua pensão valor esse que irá anualmente ser aumentado de 0,1% até atingir 1,5%, ficando isentos os que auferiam uma pensão inferior a uma vez e meia o ordenado mínimo nacional (retribuição mínima garantida), bem como os que da aplicação da referida percentagem fiquem com pensão inferior na esse valor.

- **Projecto de Decreto-lei de alteração do regime de justificação de faltas por doença e respectivos meios de prova aplicáveis aos funcionários e agentes da Administração Pública central, regional e local**

Este projecto de Decreto-lei vem na sequência de outro que já nos tinha sido entregue pelo MDN em Julho de 2005 e que pretendia equiparar o regime estatutário da Função Pública ao regime geral de protecção social dos trabalhadores do regime privado.

Recorde-se que, por exemplo, os trabalhadores do regime privado perdem o direito ao vencimento quando estão na situação de doença.

Não tendo essa proposta tido seguimento, vem agora o Governo com esta nova proposta, fazer uma aproximação entre os dois regimes, começando agora pelas regras de justificação de faltas por

doença e apresentação de meios de prova, equiparando neste aspecto os dois regimes e introduzindo a inovação da possibilidade de envio por correio electrónico do atestado médico e comprovativo da doença pela entidade emissora dos documentos.

Para além destes três documentos, temos ainda a proposta de actualização dos vencimentos em 1,5% (lembre-se que há 8 anos que os vencimentos da Função Pública são actualizados em valores inferiores aos da inflação ou não são actualizados de todo...) bem como um conjunto abrangente de medidas penalizadoras dos direitos dos cidadãos, a serem introduzidas através do Orçamento Geral do Estado como a nova redução das comparticipações dos medicamentos, um novo aumento das taxas moderadoras do Serviço Nacional de Saúde, bem como a criação de novas taxas moderadoras para os internamentos (5 Euros/dia até 10 dias) e actos cirúrgicos (10 Euros cada) e alterações a nível do IRS que passam pela actualização das taxas de IRS, redução dos valores de dedução à colecta aumentando assim o valor total a pagar e o fim de mais alguns benefícios fiscais a nível dos Planos de Poupança. ▲

A liquidação das FA prossegue!

O ataque e a acção liquidatária das Forças Armadas (FA) prossegue por parte do Governo. Por vezes de forma mais visível e contundente incidindo sobre os direitos adquiridos por gerações consecutivas de militares, rompendo o Governo com o contrato ajuramentado da Condição Militar.

Outras de forma menos visível, todavia mais eficiente, incumbindo aos ramos missões de interesse nacional sem os ressarcirem dos custos dessas missões, ou, como também começa a ser usual, sem dotarem as unidades empenhadas com os meios adequados.

O Governo deve milhões de euros aos ramos pelas missões não planeadas (portanto à margem do OE) que ordena às FA que cumpram em todo o mundo. Portugal é um dos países com maior empenhamento nas missões humanitárias e de paz, sendo, porém dos mais pobres daqueles que contribuem com forças nestas missões.

Há um frenesim governamental de ir a todas, mas isso não se reflecte no peso das FA no OE. O mesmo OE que não contempla verbas suficientes para as nossas FA possam cumprir cabalmente as missões atribuídas, tem verbas para a GNR adquirir lanchas rápidas, numa



duplicação de meios para actuarem no mesmo cenário, sobrepondo áreas de actuação com os inerentes custos e prejuízos operacionais.

Também o sistema de cativação de verbas tem sido um mecanismo utilizado pelos Governos no sentido de liquidarem, na prática as FA, as mesmas que depois louvam em discursos redondos nas datas próprias para, condecorando militares, se enaltecerem a si.

Outra linha de ataque, a dos direitos dos militares, as que chamam privilégios, numa cruzada ideológica sem paralelo

em duração, mais de trinta anos, profundidade e extensão.

Perante isto tem sido humilhante, deplorável e triste ver a actuação dos CEM e dos militares que exercem funções junto dos órgãos de soberania. Deixaram-se transformar em comissários políticos do Governo junto das FA, abandonando a sua função tutelar junto dos seus homens. Tornaram-se represores daqueles de entre nós que mais têm pugnado na defesa das FA e da Condição Militar, função que teoricamente lhes caberia.

Mas a acção dos sucessivos Governos dos três partidos do chamado (pelo dr. P. Portas) arco do poder, é, a todos os títulos, criminosos. Na medida em colocam em causa a capacidade do País defender com credibilidade a sua integridade territorial e, portanto, a soberania nacional. No sentido em que, como foi apurado pela Comissão de Inquérito à Legalidade Democrática, não cumprem com dezenas de diplomas legais, alguns aprovados pela AR por unanimidade, lesando a Família Militar numa dívida crescente que já ascende a quase mil milhões de euros.

Por tudo isto, torna-se mais evidente que **Persistir na luta é o caminho!** ▲

PERSISTIR NA LUTA É O CAMINHO

Por ocasião do 5.º aniversário da promulgação das leis orgânicas 3 e 4/2001, de 29 e 30 de Agosto, respectivamente, resolveram as associações socioprofissionais de militares assinalar a data, promovendo uma sessão solene na CAS Lisboa do IASFA, no dia 4 de Outubro, para a qual convidaram os Deputados dos grupos parlamentares representados na Comissão de Defesa Nacional, o nosso amigo de caminhada associativa, o Doutor Bernardo Colaço, Procurador-geral Adjunto da República que presidiu, os ramos e diversas organizações associativas e personalidades, de onde se destacaram vários oficiais generais e superiores dos três ramos, emprestando ao evento a solenidade que merecia.

O maior ataque que há memória

Deve-se sublinhar que a iniciativa ocorreu num momento em que os militares e as Forças Armadas estão sujeitos ao maior ataque de que há memória. Fruto da violência desse ataque e à necessária e corajosa resistência que as associações lhe têm oposto, desde Setembro de 2005 já foram levantados 26 processos disciplinares a dirigentes, delegados e sócios, Sargentos e Praças, a maioria dos quais já deu azo a castigos injustos e aos respectivos recursos de contentamento.

Sublinhar ainda que o ataque continua manifestando-se em várias vertentes, com especial ênfase no cerceamento do exercício dos direitos de cidadania constitucionalmente consignados aos militares de um modo geral, e a uma feroz perseguição aos dirigentes associativos, utilizando o regulamento de disciplina militar (RDM) como meio de repressão e de contentamento do descontentamento que alastra nas fileiras. O RDM, que é um instrumento de comando, para garantir a unidade das fileiras e a operacionalidade, é assim desvirtuado pelos CEM,



cumprindo humilhanamente aquilo que o Governo lhes encomenda: calem os vossos homens!

A resposta

Perante este quadro um dos intervenientes questionou a mesa, composta pelo senhor Doutor Bernardo Colaço e os cinco senhores Deputados presentes, sobre o que fazer para que o parlamento legisle e regulamente o Estatuto do Dirigente Associativo, se termine com este ataque e se obrigue o Governo a cumprir a lei?

A resposta do senhor Deputado COR Marques Júnior, em representação do grupo parlamentar socialista (cito de cor, pelo que peço antecipadamente desculpa por alguma imprecisão): - "A resposta a essa pergunta, sabem-na os senhores muito bem. Há nesta sala alguns dos homens que conduziram a luta com mestria desde 1982 até ao momento em que o artigo 31.º da

LDNFA foi alterado e o associativismo profissional legalizado. Essa luta desbloqueou resistências, deu visibilidade a um problema que muitos desconheciam, de tal modo que no fim já toda a gente sabia do artigo 31.º, mesmo que não lhe conhecessem o teor e as consequências. Portanto, o caminho, conhecem-no os senhores muito bem. Se conseguiram chegar até aqui também saberão encontrar as formas para prosseguirem".

Assim será!

De facto o senhor Deputado tem toda a razão. E é neste contexto que devemos reflectir sobre o percurso que nos trouxe até aqui e como vamos ultrapassar as dificuldades actuais e utilizando esse património de conhecimento e luta que adquirimos ao longo de mais de três décadas a pugnar pelo exercício dos direitos de cidadania, em particular os inerentes à actividade associativa.

A vida ensinou-nos que sempre que nos deparámos com situações aparentemente inultrapassáveis, em que parecia

não haver caminhos para percorrer, arduamente, com luta dura e abnegada, conseguimos construir as ruelas e veredas por onde caminhamos até às leis orgânicas que diminuíram as restrições aos direitos de cidadania aos militares e ao direito ao associativismo socioprofissional.

O caminho

Foi a nossa luta pela fundação da ANS que obrigou à promulgação do Estatuto da Condição Militar. Foi esse caminho que permitiu a aprovação e promulgação do EMFAR passando nós a possuir pela primeira vez uma carreira e um estatuto. Foi a nossa luta que ainda na década de 70 permitiu a fundação dos Clubes de Sargentos e o fim dos contratos a prazo, sobre a forma de reconduções, a que estávamos sujeitos. Foi a nossa luta que tem permitido corrigir algumas das mais graves injustiças do sistema retributivo e a sua actualização. Foi com luta que adquirimos o direito a defendermo-nos como qualquer cidadão, que adquirimos o direito à petição colectiva. Foi com luta que conseguimos a dignificação da profissão militar e da carreira de Sargento.

Como o senhor Deputado disse e muito bem, sabemos como procurar e construir os caminhos que nos hão-de defender a Condição Militar, salvaguardar os direitos adquiridos.

Construímos um poderoso arsenal de luta que importa não depauperar. Não podemos abdicar de nenhuma forma de luta, desde a mais simples e aparentemente ineficaz, até às mais poderosas e de resultados mais visíveis. Desde o simples comunicado, passando pelas reflexões à hora do almoço, até aos passeios fardados nas ruas das cidades de Portugal. Ou, ainda outras, que a inteligência, a arte, o engenho e a necessidade nos venham a indicar!

Persistir na luta é o caminho! ▲

Associações reúnem com o Presidente da Assembleia da República

No passado dia 26 de Julho as quatro associações de militares, ASMIR, ANS, AOFA e APA, foram recebidas em audiência pelo Presidente da Assembleia da República, Dr. Jaime Gama.

Esta audiência decorreu do pedido feito pelas associações ao chefe de gabinete do Presidente da Assembleia, com a finalidade de ser entregue a moção aprovada no Encontro de Militares que tinha ocorrido dias antes no Pavilhão do Restelo, em Lisboa, e onde se dava conta do descontentamento que grassa no seio da família militar em virtude do forte ataque que vem sendo feito aos nossos direitos e das situações de claro incumprimento da Lei por parte dos vários Governos.

Decidiu, no entanto, o Presidente da Assembleia da República receber ele próprio uma delegação composta por um elemento de cada associação, deixando a entender que alguma informação oportuna haveria para transmitir.

Lamentavelmente, tal não se verificou...

O Dr. Jaime Gama, após uma breve leitura da moção que lhe foi entregue, referiu que era um documento emotivo e sem conteúdo e que o que era desejável era que apresentássemos um documento que apresentasse os problemas e propostas de resolução.



Dr. Jaime Gama

Emotivo e sem conteúdo

Da parte das associações foi referido que esse documento já estaria na sua posse desde 2004, pois a petição que lhe foi entregue com mais de 8000 assinaturas de militares continha isso mesmo. Recordámos ainda que pouco tempo antes essa petição que acusava o Governo de vários incumprimentos da Lei, foi apresentada no plenário da Assembleia e que nenhum dos principais partidos se disponibilizou para tomar iniciativas fiscalizadoras, como compete à Assembleia, pelo que a petição foi arquivada, ao que o Dr. Jaime Gama referiu que a Assembleia cumpriu com o seu regulamento e que a petição era assunto arquivado e que se as Leis não são cumpri-

das deveríamos ir para Tribunal...

Confrontado com o facto de as associações, colocando os problemas aos mais variados níveis, como a Presidência da República, Assembleia da República, Governo, Tribunais, Procuradoria-geral da República, Provedor da Justiça, etc., não verem os seus problemas resolvidos, questionámos como se resolvem os problemas.

Não obtivemos respostas...

Durante as quase duas horas que durou a audiência, tivemos ainda oportunidade de ouvir o Dr. Jaime Gama opinar que se queremos melhores Forças Armadas temos que ter menos Forças Armadas, e que as associações deveriam deixar de ser maximalistas, e isto apesar de estarmos apenas a exigir o cumprimento da Lei, como é nosso dever...

Disse ainda que considera que os Sargentos de hoje já não são como os de antigamente, que estão bem, têm bons carros, são bem formados e inserem-se facilmente no mercado de trabalho, e que as esposas dos Sargentos também estão muito bem, pois conhece várias famílias de Sargentos.

Perante a informação que lhe fornecemos de que existem internadas no IASFA várias viúvas de camaradas nossos cuja pensão de reforma não chega

sequer para pagar a mensalidade, que recebem 2,50 Euros por dia para medicamentos e outras despesas e que já houve inclusive, três suicídios, respondeu que essas pessoas têm sorte pois existem muitas outras que não podem sequer usufruir disso...

Esperávamos mais e merecíamos mais...

E agora? ▲

Pedimos Desculpa

No passado número de "O Sargento" foi publicado um interessante artigo da autoria do Mestre Dinis Fonseca com o título "Cauteia e caldos de galinha..."

Por lapso inteiramente da responsabilidade da redacção do nosso jornal, foi lamentavelmente omitido o nome do autor. Pelo lapso pedimos desculpa aos nossos leitores, mas principalmente ao Mestre Dinis Fonseca, ao qual reitereamos os nossos pedidos de desculpa, pronta e pessoalmente feitos quando nos apercebemos do lapso.

O director
Álvaro Martins ▲

Cartas dos LEITORES

O Zé Militar e a escolinha do senhor engenheiro

Imaginemos uma turma, na escola primária dum qualquer país de gente pequena...

O professor (que é engenheiro) é "de gancho", daqueles à moda antiga que davam caroladas na cabeça dos miúdos, apertavam as orelhas com o bico da esferográfica e usavam a palmatória de olhinhos, autoritários e todo-poderosos.

Um dos alunos é filho de um pai desleixado que em nada se preocupa com o bem-estar da sua descendência, quer é ver a bola descansadinho no sofá e ainda lhe dá um par de estalos se ele vier queixar-se do professor.

O senhor engenheiro tem uma vida atarefada, complicada e difícil (não interessa o porquê, coisas pessoais) e aproveita a autoridade que lhe é conferida, para ser autoritário e desmedidamente descarregar as suas frustrações no aluno desprotegido.

Está-lhe constantemente a chamar burro, não o deixa falar e serve-se dele como se um escravo fosse; faz isto, vai buscar aquilo, senta-te, levanta-te, toma lá um estalo etc. Tudo isto na presença dos outros alunos e por vezes do próprio pai...

Os restantes alunos, temendo represálias idênticas nada fazem nem dizem, fingem que "está tudo bem", enquanto por outro o "saco de pancada"... Vão até mais longe, nos intervalos também lhe "chegam a roupa ao pélo", adinham-no e quando jogam à bola, servem-se do criado como "apanha-bolas", só para isso serve o "burro" da turma, o Zé.

Ao professor desta história, chamemos José, José Sousa por exemplo. O aluno é o Zé, Zé militar porque só sabe e aprendeu a obedecer, a respeitar, a fazer o trabalho sujo dos outros e levar porrada. O resto da turma é a nossa sociedade, os cidadãos livres. Os alunos que mais batem no Zé, formam um grupo de favoritos do senhor engenheiro, chamemos a esse grupo apenas OCS (Outros Colegas Solidários) solidários com José S., o senhor engenheiro!

Os OCS negam tudo o que o Zé sofre, tudo o que o Zé quer dizer do senhor engenheiro. Eles não permitem e falam mais alto saindo em defesa do professor, abafando a voz do Zé.

José Sousa o senhor engenheiro, professor desta história, costuma trazer rebuçados que oferece carinhosamente aos OCS que, são os melhores alunos da turma.

O pai do Zé está velho, sabe que o filho não lhe tem amor, nem respeito, apenas o teme! Zé está a crescer, a amadurecer, apesar de ter a mesma idade dos seus colegas, está marcado pelo sofrimento, parece (e é) muito mais velho.

Marcado pela vida, Zé só espera que o professor se vá embora, que seja expulso ou vá de férias e não volte, que seja substituído. Quanto ao seu pai, Zé apenas sente indiferença, não lhe quer mal, no fundo sabe que o seu pai é apenas um pobre diabo sem vontade própria, um acomodado, um servil... O pai do Zé faz uns trabalhinhos no quintal do professor, vai-lhe às compras, por vezes faz a barba, veste a melhor roupa que tem e até o acompanha. Zé chega a não o reconhecer de tão altivo que fica o seu pai quando ao lado do professor, do seu carrasco!

Por vezes, ao jantar, enquanto o Zé come a massa com grão e pedaços de gordura a que o seu pai chama "rancho", quase se vomita ao ver o pai tirar do bolso, sandes de leitão feitas com as sobras do repasto do senhor engenheiro.

O senhor engenheiro até sabe, mas não se importa, ele nem tem ciës e para dar porrada, sempre tem o Zé...

Nota do autor: Qualquer semelhança com a realidade, factos ou nomes, é pura coincidência.

Carlos Camoesas

(cidadão reconhecido e respeitador da Instituição Militar) ▲

Comissão de Inquérito ao incumprimento da Legalidade Democrática divulga Relatório



Comissão de Inquérito no decorrer da divulgação pública do relatório

A Comissão de Inquérito ao incumprimento da Legalidade Democrática, divulgou publicamente, no passado dia 10 de Outubro, no Auditório da ADEFA, o relatório, por si elaborado, onde são denunciados e elencados os inúmeros incumprimentos, por parte dos diferentes Órgãos de Estado, às leis em vigor.

Neste acto público, o presidente desta Comissão, TGEN Silvestre dos Santos, proferiu um discurso, do qual, pela sua importância destacamos os seguintes passos:

Em 5 de Maio passado, por nosso intermédio, as Associações Profissionais de Militares (APM) informaram os órgãos de comunicação social do início de um processo de inventariação das situações de incumprimento, sistemático e repetido, de normativos legais, na sequência do qual se daria pública conta de áreas de ilegalidade com que se defrontam os militares das Forças Armadas.

Teríamos ficado quietos e descansados se os Chefes Militares tivessem erguido publicamente a voz, como seria de esperar, contra esta situação, logo que ele começou a tomar proporções consideráveis. Infelizmente, tal não se tem verificado!

Para alcançar esse desiderato, as APM decidiram criar uma Comissão de Inquérito, a fim de que, a partir da apresentação do resultado do seu trabalho, se tentasse, mais uma vez, levar as Instituições a cumprir o papel que a Constituição da República e Leis estruturantes tão claramente definem e, simultaneamente, a opinião pública fosse alertada para a gravidade de que se reveste esta situação.

Metemos ombros a essa missão determinada a contribuir para melhorar o funcionamento das Institui-

ções e para fazer prevalecer os nossos direitos mas — devo confessá-lo — ao iniciá-la, estávamos longe de imaginar que a situação assumia uma tão acentuada gravidade.

As situações descritas no Relatório são, na realidade, todas elas, muito preocupantes pelo significado que têm: o desrespeito continuado pela lei que se verifica num Estado de Direito.

Ainda na semana passada, no seu discurso nas comemorações do 5 de Outubro, o Sr. Presidente da República alertou para as responsabilidades dos titulares de cargos públicos em dar o exemplo — cito, "na seriedade, na integridade, no respeito pelas leis" — como padrão e estímulo para os cidadãos.

Se o Estado quer moralizar as suas Instituições e organismos, tem de ser o primeiro a dar o exemplo e comportar-se, em todas as circunstâncias, como uma pessoa de bem. Não pode prometer para, de seguida, não cumprir; não pode louvar para, em seguida, menorizar ou desprezar; não pode clamar por patriotismo para, em seguida, não respeitar quem se dá até ao limite da própria vida!"

O imenso rol de normativos legais (mais de 40) não cumpridos, desde a Constituição da República Portuguesa, passando pela lei de Defesa Nacional, Bases Gerais do Estatuto da Condição Militar, leis orgânicas (implicam ser aprovadas por 2/3 dos Deputados), demais leis e decretos-lei, pareceres da Procuradoria-Geral da República e da Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa, levou o TGEN Silvestre dos Santos a concluir:

"A situação é, na realidade, muito grave e em nada abona o Estado de Direito. Serem as Instituições do Esta-

do as primeiras a desrespeitar as leis que elaboram e promulgam, é uma situação que ultrapassa a nossa compreensão e, como tal, consideramo-la "surrealista". É e é precisamente por isso que a nossa tarefa se revelou duplamente difícil: se, por um lado, a relação das violações e incumprimentos é significativamente extensa, tornando a missão a que metemos ombros muito trabalhosa, ela coloca-nos, por outro, um dilema ético e de consciência, de proporções não negligenciáveis.

Por essa razão, demos relevo, logo no preâmbulo do Relatório, ao texto do Juramento de Fidelidade que vincula todos os militares das Forças Armadas e em que nos comprometemos, por nossa Honra "GUARDAR E FAZER GUARDAR A CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA, (...) MESMO COM O SACRIFÍCIO DA PRÓPRIA VIDA".

Perante isto, perguntámo-nos: Que defender?

Os normativos constitucionais e legais que jurámos defender "mesmo com o sacrifício da própria vida" ou os Órgãos de Soberania e as Chefias Militares que os não cumprem, mas obrigam os militares a cumpri-los?

No longo texto que agora vos entregamos, infelizmente longe de ser exaustivo, cremos estarem sintetizadas razões mais do que suficientes para "obrigarem" as Associações Profissionais de Militares a elaborar o presente Relatório.

Este Relatório irá ser enviado para todos os Órgãos de Soberania, Tribunal Constitucional, Supremo Tribunal de Justiça, Procuradoria-Geral da República, Partidos políticos, Chefes Militares e Provedoria de Justiça. ▲

D. Januário e o "Guia Prático"

Na sequência do envio do nosso "Guia prático para pessoal em missões no estrangeiro" a várias entidades, recebemos de D. Januário Torgal a seguinte mensagem:

"D. Januário Torgal Mendes Ferreira, Bispo das Forças Armadas e Forças de Segurança, vem agradecer, com os mais amigos cumprimentos, ao Senhor Sargento António Lima Coelho, a gentileza e a solidariedade do envio do "Guia Prático, (Junho, 2006)" endereçado a seu Chefe de

Gabinete, com a solicitação à sua pessoa.

Envio-lhe, e à Associação que serve com tanta coragem e entrega, as melhores congratulações por mais um "feito". Não os esqueço! Lembro-os. Gostava, ou melhor, bem queria eu ter condições para praticar na ordem pública o que não tenho visto...

O ânimo não pode cair! Lisboa, 30.08.2006" ▲

...E a Mentira Prevalece!

Um terço dos empregados paga taxas reduzidas

Carla Aguiar

Mais de um terço dos trabalhadores portugueses pagam taxas reduzidas para a Segurança Social. Este universo de contribuintes, que abrange grupos tão variados como militares, jovens em primeiro emprego, jogadores de futebol, padres, domésticos, docentes, sócios gerentes, agricultores ou bordadeiras da Madeira – só para citar alguns exemplos –, contava-se em cerca de 1,6 milhões no final de 2005, de acordo com dados oficiais. Destes, 434 mil estão dentro do regime dos trabalhadores independentes, sendo que mais de 1,1 milhões encontram-se no grupo dos trabalhadores por conta de outrem.

Em causa estão 36 taxas especiais, que se multiplicaram ao longo dos últimos 20 anos para acudir a situações específicas, algumas das quais transitórias. Hoje, constituem um complexo edifício legislativo que comporta um custo anual de 271,8 milhões de euros para o sistema de Segurança Social, tendo em conta as contribuições que deixam de entrar nos cofres da Segurança Social.

Revisão do Código contributivo, com vista à uniformização dos regimes, foi colocada em cima da mesa pelo Governo, contando com o apoio dos sindicatos, críticos quanto à dispersão e pertinência de algumas taxas. A discussão sobre os termos em que será feita essa reformulação deverá começar entre Setembro e Outubro, no âmbito da Concertação Social.

Apesar de ser sua intenção acabar com algumas das isenções ou taxas especiais, o ministro do Trabalho e Solidariedade, Vieira da Silva, garante que continuará a existir taxas especiais nos casos em que tal se justifique, como por exemplo para os deficientes. **Mais mais do que alterar as taxas reduzidas, o Governo pretende também aumentar a base de incidência contributiva, ou seja, a parcela do rendimento sobre a qual recaem obrigatoriamente os descontos.**

E os trabalhadores independentes serão os primeiros a sofrer um agravamento da sua taxa contributiva mínima. No segundo semestre de 2005, o desconto mínimo para os trabalhadores independentes subiu de um para um salário mínimo e meio. O Governo já anunciou a intenção de voltar a aumentar este patamar no próximo ano. E, embora não exista ainda um valor sobre a mesa, o cenário mais provável, na linha das evoluções progressivas, é que a base mínima de incidência contributiva passe agora para os dois salários mínimos e meio.

O mesmo deverá acontecer a outros grupos profissionais, como por exemplo os militares, em regime de voluntariado ou de contrato. O Governo já admitiu, num relatório que disponibilizou aos parceiros sociais, que a taxa especial dos militares (3% para a entidade patronal e zero para o trabalhador) deve ser alterada, uma vez que é mais favorável do que a dos docentes, "ferindo o princípio da igualdade". **Mais de 125 mil militares estão por ela abrangidos.**

Outro grupo que será alvo de alteração das taxas contributivas ou da base de incidência é o dos membros das igrejas, associações e confissões religiosas, que são, na sua maioria, padres e totalizam cerca 5218 pessoas. Estes beneficiam de uma redução superior a 50% na taxa social única, por se ter concluído que gastavam menos prestações sociais do que o comum dos beneficiários, uma vez que as eventualidades de desemprego e do abono de família não estão cobertas. Mas além da taxa reduzida, os padres podem ainda descontar sobre uma parcela de apenas 70% do salário mínimo, num máximo de três salários mínimos. Num relatório sobre as taxas contributivas, o Governo considera que este grupo comporta "um custo para o sistema superior àquele que é por ele suportado".

O plano do Governo contempla ainda a revisão das taxas dos jogadores de futebol e basquetebol, que abrangem 2303 profissionais, os membros de órgãos estatutários das empresas, os profissionais do serviço doméstico e as pessoas com seguro social voluntário. Este seguro foi criado ainda no Governo de Sá Carneiro, vocacionado sobretudo para donas de casa, abrangendo actualmente 8658 pessoas. Grupo particularmente expressivo é o dos trabalhadores em entidades sem fins lucrativos, onde trabalham 318 372 pessoas com taxas reduzidas. Mas este segmento não deverá ser abrangido pelas mudanças previstas, assim como os trabalhadores de actividades económicas débeis. ▲

Banco", próximo do Arco da Rua Augusta, em Lisboa, para simbolicamente marcarem posição. Estranhamente, ou talvez não (!), os órgãos de comunicação social mesmo tendo confirmado a presença, primaram pela ausência.

Entretanto, e porque tardava qualquer resposta, entendeu a Direcção da ANS entregar em mão um novo ofício, desta feita ao Ministro de Estado e das Finanças. Uma delegação de dirigentes da ANS, à qual se juntaram alguns associados, deslocou-se ao Ministério das Finanças no fim da tarde do dia seis de Setembro. O ofício deu entrada no Gabinete do Ministro de Estado e das Finanças nesse dia, com o número de entrada 7316, no Processo 09.01.02. O teor do seu texto, que tem em epígrafe "Necessidade de Esclarecimentos", é o que transcrevemos de seguida:

"Excelência, Como decerto bem saberá, determina a legislação em vigor, com base no DL 498/72, de 9 de Dezembro e posteriores alterações, a obrigatoriedade de desconto de uma quota de 10% para a Caixa Geral de Aposentações, sobre o valor das remunerações permanentes.

Foi publicada no suplemento "Economia" do jornal "Diário de Notícias", na sua edição de 7 de Agosto de 2006, uma peça da qual apresentamos alguns excertos: "os militares

estão isentos de taxa social única, enquanto a entidade patronal paga apenas 3%", e também que "O mundo das taxas contributivas para a Segurança Social contempla situações tão dispares como a reintegração de reclusos, as bordadeiras da Madeira ou os militares", ou ainda que "o Governo já admitiu, num relatório que disponibilizou aos parceiros sociais, que a taxa especial dos militares (3% para a entidade patronal e zero para o trabalhador) deve ser alterada, uma vez que é mais favorável do que a dos docentes, "ferindo o princípio da igualdade". Mais de 125 mil militares estão por ela abrangidos". (sublinhado nosso).

Faça à projecção medidística dada ao assunto em apreço e às inverdades contidas no artigo, que configura uma forma subtil de ferir a honrabilidade e os valores em que nós militares acreditamos, decorrido que está um mês, período razoável para quem de direito ou com autoridade própria esclarecesse o que urge ser esclarecido, vimos, a bem da transparência, do não relacionamento entre os administrados e os administradores, porque "quem apanha e não se sente não é filho de boa gente", solicitar a V. Exa. que venha a público repor a verdade e esclarecer os cidadãos que os seus militares não vivem no mar de privilégios que tão comumente lhes é atribuído, nem usam de expedientes para se furtarem ao que de justiça lhes é pedi-

do e que, no caso em apreço, não lhes sendo tributadas as remunerações com os 11% da Taxa Social Única, são no entanto tributadas com os 10% para a Caixa Geral de Aposentações e 1% para a Assistência na Doença aos Militares.

Este esclarecimento que, em defesa da honra e dos valores que defendemos, estamos a solicitar, é um imperativo ético de que nos sentimos credores por parte de quem nos governa.

Caso V.Ex. entenda nada dizer, fazendo do seu silêncio a concordância com a referida notícia, será lícito que esperemos então vir a ser creditado na conta em que nos é depositado o vencimento mensal, o montante de todos os descontos que, face a esta leitura, nos foram até aqui indevidamente efectuados, para o Regime de Segurança Social a que pertencemos, acrescidos dos respectivos juros.

Nesse sentido, convicções de que os, repetida e publicamente afirmados, padrões morais de V.Exa. e de todo o Governo, não deixarão passar em claro esta forma menos correcta de informar o cidadão e minar o relacionamento e a credibilidade das instituições, aguardamos que sejam tomadas medidas no sentido de repor a verdade.

De igual modo, e também com o elevado sentido da responsabilidade de informar e poder esclarecer os militares que representamos, com base em dados fidedignos, vimos por este meio solicitar que nos informe sobre o impacto que as medidas governamentais, tomadas em 2005 no âmbito do Programa de Estabilidade e Crescimento (PEC), tiveram:

1. Na diminuição real do défice orçamental do Estado;

2. Nos orçamentos domésticos da Família Militar.

Certos de que compreenderá o interesse e o alcance que estes dados terão para uma melhor e fundamentada defesa dos interesses e direitos dos militares que representamos, ficamos a aguardar com interesse e expectativa a vossa resposta que desejamos célere.

Reiteramos a nossa incondicional e total disponibilidade para ajudar a clarificar a situação, se essa for também a indubitável intenção deste Executivo."

Entretanto, chegou à sede da ANS, no dia 25 de Setembro, mas com data de 13 de Setembro, um laconico ofício oriundo do Gabinete do Ministro de Estado e das Finanças, cujo teor é o seguinte:

"Exmo. Senhor, encarrego-me Sua Excelência o Ministro de Estado e das Finanças de agradecer a V.Exa. a carta que endossou a Sua Excelência o Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social e comunicar que a mesma foi reencaminhada, para os devidos efeitos, ao Gabinete de Sua Excelência o Secretário de Estado Adjunto e do Orçamento que tutela a Caixa Geral de Aposentações.

Com os melhores cumprimentos.
O Chefe de Gabinete,
Gonçalo Castilho dos Santos."

O facto é que as respostas claras e esclarecedoras que todos os militares, e os sargentos em particular, esperavam por parte de quem proclama moralidade, não se fizeram sentir.

O que impunemente prevalece é a imagem passada para a opinião pública que os seus militares, para além de todos os outros propalados "privilégios" também os têm no que à Segurança Social diz respeito.

Assim age quem se afirma o campeão da verdade e da justiça e enche a boca de coragem para actos praticados sobre os outros mas que sobre si e sobre os seus apaniguados nada fez recair, resvalando essas medidas para quem vier na próxima legislatura, num acto de verdadeira falta de carácter e falta de respeito pelos demais cidadãos! ▲

Faça a notícias surgidas na comunicação social, em pleno período eleitoral, mas que mesmo assim não deixaram de perturbar quem se mantém atento (apesar das distrações impostas pelo chamado "período de férias"), e em particular as notícias publicadas no Caderno de Economia do jornal "Diário de Notícias", edição de 7 de Agosto (ler caixa), mereceram por parte da Direcção da Associação Nacional de Sargentos a reacção que a situação impunha.

De entre outras iniciativas, em que se incluiu a questão posta ao Almirante CEMGFA se tal notícia não deveria ser merecedora de clarificação por parte da tutela e das chefias militares – e que ficou sem resposta até ao momento – entendeu a Direcção da ANS endereçar um ofício ao senhor Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social cujo conteúdo passamos a transcrever:

"Excelência,

1. Determina a legislação em vigor, com base no DL 498/72, de 9 de Dezembro e posteriores alterações, a obrigatoriedade de desconto de uma quota de 10% para a Caixa Geral de Aposentações, sobre o valor das remunerações permanentes.

2. Torna-se premente esclarecer a notícia que veio a público em vários órgãos de comunicação social, tendo por base o artigo publicado no "Caderno de Economia" do jornal "Diário de Notícias" do passado dia 7 de Agosto, que referia estarem os militares isentos da Taxa Social Única.

3. Face à projecção medidística dada ao assunto em apreço e às inverdades contidas no artigo, que configura uma forma subtil de ferir a honrabilidade e os valores em que nós militares acreditamos, decorrido que está um período razoável para quem de direito ou com autoridade própria esclarecesse o que urge ser esclarecido, vimos, a bem da transparência, do não relacionamento entre os administrados e os administradores, porque "quem apanha e não se sente não é filho de boa gente", solicitar a V. Exa. que venha a público repor a verdade e esclarecer os cidadãos que os seus militares não vivem no mar de privilégios que tão comumente lhes é atribuído e que não usam de expedientes para se furtarem ao que de justiça lhes é pedido e que, no caso em apreço, não lhes sendo tributadas as remunerações com os 11% da Taxa Social Única, são no entanto tributadas com os 10% para a Caixa Geral de Aposentações e 1% para a Assistência na Doença aos Militares.

4. Este esclarecimento que, em defesa da honra e dos valores em que acreditamos, lhe vimos solicitar, é um imperativo ético de que nos sentimos credores por parte de quem nos governa.

Caso o assunto não mereça, da parte de quem de direito, o tratamento requerido, fazendo uso do adágio popular que "quem cala consente", no próximo dia 30 de Agosto, esperamos ter creditado, na conta em que nos é depositado o vencimento mensal, o montante de todos os descontos que nos foram até aqui efectivamente, para o Regime de Segurança Social a que pertencemos, acrescidos dos respectivos juros.

Nesse sentido, convicções de que os altos padrões morais de V.Exa. e de todo o Governo não deixarão passar em claro esta forma menos correcta de informar o cidadão e minar o relacionamento e a credibilidade das instituições, aguardamos que sejam tomadas medidas no sentido de repor a verdade.

Reiteramos a nossa incondicional e total disponibilidade para ajudar a clarificar a situação, se essa também for a clara intenção deste Executivo."

Na sequência deste ofício, e de acordo com o seu texto, no dia 30 de Agosto, pelas 18h30, uma delegação de umas dezenas de sargentos esteve presente junto de uma caixa do sistema "Multi-

CONTINUAM AS PUNIÇÕES

Dirigente da APA punido com 10 dias de detenção



No passado mês de Agosto, em pleno período de férias, fomos surpreendidos com mais uma punição a um dirigente associativo, no caso o Cabo Artilheiro Filipe, dirigente da Associação de Praças da Armada (APA), então a prestar serviço na corveta NRP Batista de Andrade.

O processo disciplinar teve origem num conjunto de requerimentos para dar por finda a comissão, por parte de Praças daquele navio, tendo o nosso camarada Filipe sido acusado de ter organizado os pedidos.

Na verdade, o que a instrução do processo não conseguiu apurar foi que reinava um grande descontentamento a bordo, especialmente entre as Praças da guarnição, pela falta de condições mínimas de habitabilidade, entre as quais são de referir o deficiente funcionamento do sistema de refrigeração do ar do navio, a falta de água potável a bordo, tendo os militares que comprar a água para seu próprio consumo, bem como as deficientes condições de alojamento.

Estes, sim, foram os verdadeiros motivos que levaram aos pedidos para dar por finda a comissão.

Aliás, pelo que temos conhecimento, tal falta de condições tinha já sido reportada pela Direcção da APA, ao Almirante CEMA, nada tendo daí resultado, pois mesmo com estas graves limitações não se coibiu a Armada de enviar este navio para uma missão para as águas de Cabo Verde, integrada numa operação de combate à imigração clandestina.

Da parte da ANS, foi transmitida ao camarada Filipe a nossa inalienável solidariedade nas visitas que lhe foram feitas durante o cumprimento da pena, bem como na recepção que decorreu na sede social do Clube de Praças da Armada, quando este dirigente concluiu os 10 dias de detenção e recuperou a sua liberdade. ▲

Cartas dos LEITORES

1SAR – Uma vida, uma carreira, um posto... Até quando?



Como todos sabemos decidiram os Chefes Militares em 2004 propor ao então Ministro de Defesa, Dr. Paulo Portas, a promoção dos militares que até ao fim desse ano atingissem 14 anos de permanência no posto, ficando esses militares na situação de supranumerários até que fossem novamente promovidos ao posto seguinte.

Acontece que desde então, muitos mais militares atingiram esse requisito, só que enquanto o Decreto-Lei em questão caducou na sua validade.

Na Força Aérea quase 400 1SAR têm neste momento mais de 14 anos de posto (muitos têm mesmo mais de 15 anos) e durante o próximo ano mais de 300 juntar-se-ão a estes, a marcar passo já com os tacões das botas desgastados...

No quadro de oficiais da FAP, por via da referida lei e de outros artifícios, já não existem Capitães com 15 anos de posto, nem com 14, nem com 13... Ainda bem!

O Gen. CEMFA através do seu despacho anual de distribuição de vagas pelos postos entendeu, e bem, redistribuir as vagas provisoriamente, retirando as especialidades mais avançadas e atribuindo-as às especialidades mais atrasadas, possibilitando alguma justiça e equilíbrio, mas fê-lo apenas no quadro de Oficiais.

Já não seguiu o mesmo critério para o quadro de Sargentos, o que é pena, pois existem vários casos de camaradas que, tendo frequentado o mesmo CFS, chegam a SMOR quando outros mais antigos não passam de 1SAR.

A questão que colocamos às entidades responsáveis é esta: 1SAR – Uma vida, uma carreira, um posto... Até quando?

Um leitor ▲

As missões e a preparação psicológica

Porque as missões internacionais continuam e têm tendência a aumentar, em frentes de envolvimento como em perigosidade, já com consequências nefastas, como no Afeganistão em 2005, e a formação mantém-se deficiente, este tema continua actual e a necessitar de visibilidade.

É recorrente dizerem que os militares estão preparados psicologicamente para enfrentarem situações de guerra em que tem de enfrentar o perigo e mesmo a morte ou têm de matar para defender vida própria ou a dos seus camaradas.

E tão insistentemente o dizem que chegam mesmo ao disparate de dizerem, como no caso do urânio empobrecido no Kosovo em 2000, que os militares estão preparados para enfrentarem situações dessas. Outros declaram que os militares estão preparados para enfrentarem a morte.

Ouvindo isto declarado num telejornal por um chefe militar, em desespero de causa, um camarada comentou em voz alta meio distraído: *não sei onde andei até hoje que nunca assisti a estas aulas de preparação para a morte.*

Afinal no que consiste essa famosa preparação para enfrentar situações prolongadas de grande perigo e de risco de morte? E se de facto existe como é avaliada a sua eficácia? Quais são os mecanismos de acompanhamento e de correção?

Ou simplesmente não existe nenhuma preparação específica e admite-se que o treino da recruta e de combate, do ponto de vista da técnica de uso e manejo de armas e de ordem unida, é o suficiente? Ou esta assunção, de que há de facto um treino e uma preparação para o perigo e a morte, não passa de uma cobertura para depois não se reconhecer as mazelas físicas e psicológicas e as consequentes indemnizações e assistência aos deficientes? Perguntas que se deixam endereçadas a quem de direito.

Mas, em qualquer dos casos, importa reflectir sobre o assunto. Até



porque, de facto, há um juramento sem paralelo de entrega a cumprir. Desde logo reflectir e analisar se há alguma possibilidade de preparar o ser humano para situações contranatura, que violam o instinto natural de sobrevivência e procura da estabilidade e da felicidade.

Afinal no que consiste essa famosa preparação para enfrentar situações prolongadas de grande perigo e de risco de morte?

A Desordem do Stress Pós Traumático de que padecem milhares de ex-combatentes portugueses da Guerra Colonial é exemplo flagrante da deficiente ou mesmo impossível preparação para situações de ruptura com a manutenção da vida e da estabilidade necessárias e intrínsecas aos seres humanos.

O que existe, de facto, nos países em que este assunto é encarado com realismo e não se procura iludi-lo, são condições de cumprimento da missão e da recuperação pós missão, para os militares e seus familiares, o mais favoráveis possível à recuperação física e psicológica, proporcionando-lhes

condições de grande estabilidade, com acompanhamento em ambientes favoráveis.

Por exemplo: com missões muito curtas, com períodos de recuperação em estâncias termiais ou de férias e de lazer de duração equivalente ao da missão, do risco e da afectação para os militares envolvidos e suas famílias. São condições de garantia e estabilidade das pensões e de assistência complementar social de grande qualidade e nunca mitigadas como se se tratassem de privilégios.

A ênfase que os actuais Órgãos de Soberania colocam na importância da participação das nossas Forças Armadas em missões humanitárias e de paz deveria ser directamente proporcional ao estabelecimento e manutenção das condições mínimas para possamos cumprir em pé de igualdade com os camaradas de outras nacionalidades com os quais partilhámos as agruras dos Teatros de Operação.

A ANS tudo fará para que os problemas sócio-profissionais não se esqueçam e os interesses dos militares envolvidos sejam devidamente salvaguardados. ▲

Dados preocupantes nas missões de Paz

Queremos ser alarmistas, nem queremos avolumar os problemas que existem, mas não podemos deixar de manifestar a nossa preocupação com um conjunto de problemas que têm vindo a lume na imprensa e não são desmentidos. Um coisa é estarmos disponíveis para servir o País onde quer que ele precise de nós, outra distinta é os responsáveis por decisão enviarem-nos para qualquer parte do globo e não dotarem as forças empenhadas com os meios materiais, humanos e logísticos adequados para o cabal cumprimento das missões, com o mínimo de riscos para os homens envolvidos, com o máximo de garantias para si e para as suas famílias, a todos os níveis.

Sabe-se que a força de fuzileiros que foi incumbida da missão no Kosovo teve de pedir armamento ligeiro ao Exército porque o que

dispõe é antiquado e inadequado segundo os critérios da ONU. A força de fuzileiros que foi para Moçambique, para além da repetição do problema do transporte, estiveram, pelos menos, os primeiros 15 dias a água e a ração de combate, para além de não disporem de outro transporte que não fossem os botes.

Os camaradas que estão em Timor ainda não conseguiram corresponder-se com as famílias nem estas com eles. Como solução de recurso estava em marcha uma solução racombaleosa: os camaradas escrevem as cartas, fecham-nas nos envelopes, dão o dinheiro para os selos a tripulação do C130 para estes, chegados a Darwin adquirirem os selos e colocarem-nas no correio. Estes camaradas foram enviados para o território com equipamento inadequado, nomeadamente as botas concebidas para

a zona dos Balcãs e não para uma zona equatorial.

É público que os alemães, após a fase dos bombardeamentos, fizeram medições de radiações no terreno e verificaram que o nível de radiações era superior ao de Chernobyl cerca de três vezes. Sabe-se que tanto nos Balcãs, como em Timor e em Moçambique as condições higieno-sanitárias são muito incipientes ou mesmo inexistentes.

Pergunta-se: que medidas cautelares foram tomadas pelos responsáveis políticos para assegurar a redução de riscos ao mínimo?

Sabe-se que tipo de armamento foi utilizado na Sérvia e no Kosovo, conhecidos que são hoje os problemas resultantes da guerra do Golfo, a Tempestade do Deserto?

Não queremos ser alarmistas, mas gostaríamos de ver estas perguntas respondidas a contento, para o bem de todos. ▲

Vice-presidente da Direcção da ANS, David Pereira, recebeu apoio no Martinho da Arcada

Porto de Honra de Solidariedade

N a origem deste Porto de Honra, lembrando o percurso que aqui teve mais um ponto alto de demonstração de apoio à luta da ANS em prol dos Sargentos de Portugal, e dos Militares em geral, esteve uma decisão tomada no Encontro Nacional de Militares na Reserva e na Reforma, realizado em 19 de Abril de 2006, na Casa do Alentejo. Essa decisão apontava no sentido de promover uma jornada de protesto, sob a forma de 'Vigília pelo Direito à Saúde', a qual viria a ter lugar no dia 11 de Maio último.

Cientes de que aos militares da Reserva e da Reforma não se pode facilmente calar a voz, ao saber da vigília, apressou-se o Conselho de Chefes do Estado-Maior, tão ausente e negligente em outras situações, a mandar distribuir pelas Unidades uma mensagem em que esclarecia que a dita vigília era uma manifestação, convocada pelas ANS e APA, de cariz sindical e, como tal, que a participação dos militares no Activo era proibida, ameaçando com medidas de carácter disciplinar. Em face de mais esta proibição ilegítima, a ANS e a APA, em conferência de imprensa de 8 de Maio, denunciavam a prepotência do Conselho de Chefes – com mais esta autêntica encomenda da tutela – e declaravam a sua solidariedade com a Comissão promotora da vigília.

Em nome dessa solidariedade, marcaram para o mesmo dia, 11 de Maio, um encontro de Sargentos no Mercado da Ribeira em Lisboa, sem a presença de jornalistas, no qual foi decidido ir dar um abraço de solidariedade aos camaradas da Reserva e da Reforma que estavam nesse momento em vigília junto à residência oficial do Primeiro-Ministro, em Lisboa. Assim o fizeram, em passeio ordeiro, e foi durante o percurso até ao local em que os camaradas se concentravam para lutar pelo 'Direito à Saúde' que o nosso camarada David Pereira, na sua qualidade de dirigente associativo, proferiu declarações a um órgão de comunicação social, explicando por que razão os Sargentos no Activo se tinham reunido num local fechado: **estavam a acatar uma ordem que, apesar de ilegítima, havia que cumprir.** O resultado já o leitor conhece! Quase dois meses depois das declarações e da realização da vigília, foram instaurados processos de averiguação ao David Pereira e ao Luís Reis, presidente da Direcção da APA.

A ANS, face a mais este ataque soez por parte da tutela e das chefias militares, decidiu então desenvolver acções de solidariedade para com estes camaradas. Como o processo do Luís Reis estava mais atrasado que o processo do David Pereira, essas acções iniciaram-se quase de imediato apenas para este último dirigente associativo. Para dar visibilidade pública ao problema, decidiu então a ANS levar a cabo a realização dum Porto de Honra de Solidariedade, onde seriam elencadas todas as incongruências e a flagrante injustiça dum processo disciplinar, que mais não visa do que tentar calar a voz dos que defendem a Condição Militar, lutando contra todos os que querem acabar com ela.

Foi assim que, num dos cafés mais emblemáticos da cidade de Lisboa, esta iniciativa da ANS teve lugar. No passado dia 18 de Julho, na presença do Dr. Bernardo Colaço, Procurador Geral Ad-



Martinho da Arcada, em 18 de Julho de 2006

junto do Procurador Geral da República, do Dr. Gusmão Nogueira (dos gabinetes jurídicos da AOFA e da APA), do Dr. Emanuel Pamplona e Dr. Fernando Freire (do gabinete jurídico da ANS) e de representantes de várias entidades, entre as quais a AOFA (que honrou o evento com a presença de dois Oficiais Gerais), a APA, a Associação Nacional dos Militarizados da Marinha, a Associação Sindical dos Profissionais da Polícia, o Sindicato Nacional do Corpo da Guarda Prisional, o Sindicato dos Jornalistas e a CGTP-Intersindical, o nosso camarada David Pereira teve oportunidade de receber o apoio solidário destas entidades e dos camaradas que quiseram também associar-se à cerimónia.

No discurso que proferiu, o camarada David Pereira começou por agradecer a presença de todos os que resolveram apoiá-lo, quer nesta iniciativa, quer através das declarações que têm chegado ao gabinete do CEMA, em que os camaradas fazem suas as palavras e os actos do dirigente associativo da ANS naquela tarde de 11 de Maio. Em seguida fez uma breve resenha histórica dos marcos mais importantes da luta em prol do associativismo militar, na qual evidenciou que foi sempre sob fogo cerrado que as vitórias foram conseguidas. Nas várias lutas do pós 25 de Abril, pela criação do EMFAR, pela fundação da ANS, pelas alterações ao Sistema Retributivo, pela redacção de um art. 31º da LDNFA que

permitisse um quadro legal favorável ao trabalho livre e responsável das associações profissionais de militares, sempre houve "...prisões, detenções, repreensões disciplinares e forte pressão das chefias e dos Governos..." Contudo, e voltando a citar o seu discurso, "...tem sido sob o actual Governo que temos sido alvo do maior ataque aos escassos direitos sobrevoantes da única alínea de especiais direitos em compensação dos rigorosos e especiais deveres a que estamos sujeitos. O processo disciplinar que me instauraram é o 24º nesta luta em Defesa da Condição Militar, no curto espaço de 9 meses".

"...a solidariedade e a luta estão intimamente ligadas..."

Depois, interrogou-se sobre qual a falta de que o culpam, concluindo que só encontrará essa falta quem considera que um Militar é um escravo e quem considera o associativismo sócio-profissional como um perigo para as suas regalias senhoriais de épocas passadas, para concluir de seguida com o desafio que se coloca aos dirigentes associativos na actual conjuntura.

E que desafio é esse? A resposta é "...nesto início do século XXI o [...] que se coloca a todos nós, dirigentes associativos e sindicatos é saber se somos capazes de encontrar factores de unidade, capazes de agregarem as energias suficientes para que sejam adoptadas as medidas necessárias para que de

facto Portugal saia da crise. E que essas medidas, sendo boas para Portugal, sejam também boas para os portugueses e não somente para aqueles que vêem os seus lucros crescer ao ritmo com que falta o bem-estar, a tranquilidade e a confiança nos lares de quem trabalha." Tão evidente é, ao mesmo tempo, tão difícil de entender pelos novos membros das várias brigadas do reumático que nos têm gerido os destinos.

A defesa do David Pereira está a seguir actualmente os seus trâmites e pode contar com o apoio dos mais variados quadrantes e de muitos camaradas que sabem reconhecer o papel imprescindível do dirigente associativo.

Quanto aos que pensam estrangular a actividade da ANS com o recurso ao RDM, deixamos-lhe aqui um recado, uma afirmação inequívoca, para que evoluam e larguem as tentações escravagistas de outros tempos e para que vejam quão inútil é a sua conduta repressiva:

"Diz-nos a nossa história associativa e pré-associativa que a solidariedade e a luta estão intimamente ligadas. Sempre que fomos sujeitos a forte repressão, conseguimos, em unidade e com determinação, fazer avançar o exercício do associativismo."

No final brindou-se, terminando com honra mais uma iniciativa de solidariedade para com os camaradas que sabem que quem não luta, está derrotado à partida. ▲

ANS entrevistou Bernardo Colaço

O ASSOCIATIVISMO É

Bernardo Colaço é um magistrado do Ministério Público desde 1972. Exerce hoje funções de Procurador-Geral Adjunto no Supremo Tribunal de Justiça. Desde 1982 representou o Sindicato dos Magistrados do Ministério Público para a área do Associativismo Representativo nas Forças de Segurança e mais tarde nas Forças Armadas. É co-autor do livro "Sindicalismo na PSP - medos e fantasmas em regime democrático". A dimensão jurídica do direito ao associativismo profissional dos militares é o tema desta entrevista.

O Sargento (OS): Medos e fantasmas em democracia?

Bernardo Colaço (BC): Acho que sim. Embora a expressão se reporte a um outro enquadramento, continua a ter toda a actualidade. De outro modo como explicar toda a resistência institucional – do Governo e dos responsáveis pelas nossas Forças Armadas (FFAA) para que os militares portugueses possam fruir os direitos que a Constituição saída do 25 de Abril lhes garante? Veja só que neste momento há 26 processos disciplinares instaurados contra militares por exclusiva causa de associativismo.

OS: Mas, já agora, porque o associativismo para os militares?

BC: Desde logo porque os militares são profissionais. O profissionalismo das FFAA, embora esteja a marcar passos para certos efeitos, é um dado adquirido em Portugal. A lógica profissional militar, sem pôr em causa o "mínimo ético" da lógica vocacional (conceitos de honra, amor à Pátria, sacrifício de vida) conhece hoje uma dinâmica crescente pró-activa, em permanente participação na evolução democrática da sociedade civil. Exemplo disso é a progressiva intervenção das FFAA, não tanto para a guerra mas para a manutenção de paz.

OS: Mas que vantagem pode o associativismo trazer para os militares?

BC: É que o associativismo é sinónimo de coesão. A razão essencial para a existência de uma associação profissional é o sentimento de coesão gregária. A coesão é algo de complexo. A existência de um grupo profissional estruturado, não significa que seja coeso. Para tanto tem de haver uma infusão permanente de vontade e de motivação que conduz os seus elementos a conviver intima-

mente com o objectivo do grupo donde dimanam e a que pertencem; e isto é cada vez mais evidente em organismos altamente hierarquizados, onde a ordem e a disciplina não se discutem mas cumprem-se. A coesão só se alcança quando o seu pessoal se sente uno de corpo e alma e não só de corpo. Não são tanto ou apenas as necessidades comuns que geram essa união; é sobretudo a pos-

diminui o peso da hierarquia.

OS: E não será assim?

BC: Nada de menos certo. Veja-se o comportamento e o exemplo até hoje dado pelas actuais Associações Militares – a ANS, a AOFA, a APA e a ASMR e seus dirigentes, datando a 1.ª de desde 1988, em que não se viu a autoridade, o comando uno e a hierarquia minimamente beliscadas. Aliás esta ideia de atentar contra a

crático, tanto o de participar como o de não participar. É por isso ilegal não reconhecer este direito e sobretudo descaracteriza-lo, esvaziá-lo do seu conteúdo ou impor restrições para o seu normal exercício.

OS: Mas um direito pode ser restringido. Tal está mesmo previsto na Constituição.

BC: E na lei também. O que não pode é ser restringido com teoriza-



sibilidade de apreciar e discutir aspirações em conjunto e colaborar com a Tutela e as Chefias contribuindo para a ultrapassagem das dificuldades com que estas entidades deparam na busca de soluções apropriadas para os problemas da Instituição.

OS: Mas sendo assim qual o papel da Hierarquia?

BC: Gerou-se a ideia de que existe uma antinomia ou antagonismo entre estas duas realidades. Uma certa vez, num programa da nossa TV, um responsável militar reagia a uma investida da entrevistadora: "A Sr.ª já imaginou, um chefe militar a ordenar - faça-se a guerra - e vir de trás um sindicato e dizer - não se faça a guerra - ?" Claro que tenho a certeza que hoje as Chefias militares não pensam assim, mas há de certeza quem pense que a associativismo

hierarquia nem faz sentido na pura lógica de princípios, pois que conduziria ao desfazimento de toda a filosofia militar; o que é o mesmo que dizer ao desaparecimento da própria razão de ser das associações profissionais e tanto quanto julgo saber, essas associações não nasceram para se autodestruírem; existem para o progresso e não para o regresso.

OS: Mas nem todos se associam e esta circunstância pode gerar problemas de coesão...

BC: A Lei 3/2001 permite aos militares o direito de constituir associações profissionais. É uma realidade jurídica incontornável e irreversível, com toda a força que a Constituição lhe confere. Ninguém é obrigado a associar-se, nem uma associação afasta do seu seio quem nela pode e deseja participar. É um direito demo-

ções obtusas ou argumentos surrealistas.

OS: Como assim?

BC: Em termos simples tudo se passa assim. Nos termos do artigo 270.º da Constituição só se pode estabelecer "restrições na estrita medida das exigências próprias das respectivas funções" e o seu artigo 18.º dispõe que essas restrições terão que se limitar ao necessário para salvaguardar outros direitos ou interesses constitucionalmente protegidos.

OS: Mas como estabelecer a estrita medida de uma restrição?

BC: Os constitucionalistas referem a este propósito aos princípios: de necessidade; de proporcionalidade ou de suficiência e de adequação. Se uma lei impuser uma restrição que ultrapasse o quadro destes princípios face ao que é estritamente exigível

SINÓNIMO DE COESÃO

pelas funções do militar, há uma ilegalidade ou uma inconstitucionalidade; se a restrição nos termos acabados de referir provier de um acto administrativo, há abuso de poder ou de autoridade. Por isso, os motivos que possam sugerir uma qualquer restrição tem de ser bem fundamentados e documentados com argumentos e factos que justifiquem essa restrição.

OS: E... uma manifestação que ponha em risco a coesão e a disciplina das FF. AA não é motivo para proibir a realização de manifestação?

BC: Em 1.º lugar é preciso saber que risco é esse e clarificá-lo, não basta a simples afirmação venha ela donde vier. Depois, um risco previne-se; cabe à autoridade tomar medidas para que tal risco não ocorra, salvo se a autoridade for incapaz. No que diz respeito à coesão e disciplina, como não se está no teatro de guerra, estamos num Estado de Direito democrático e numa situação de paz, é necessário que se demonstre de que modo a coesão e a disciplina ficam afectadas com a manifestação (por ex: casos de insubordinação funcional; manifestação contra a hierarquia, incumprimento de ordens, actos de difamação funcional, e outros).

OS: Não fica mal aos militares manifestarem-se contestando actos do Governo?

BC: Qualquer contestação fundamentada à política social e interna do Executivo fica sempre mal porque demonstra que o cidadão-eleitor não está contente. Contestar porém aspectos de actuação de um Governo não significa ser contra o Estado. Trata-se de um acto perfeitamente normal num Estado de Direito Democrático. Uma manifestação com este motivo nada tem de antimilitar. Por isso afirmar que um gesto assim é ir contra a coesão ou hierarquia militar é algo de mirabolante. É altura de lembrar o Sr. Bauke Snoep, ex-presidente da EUROMIL (Organização Europeia das Associações Militares), que por altura do 89º Praesidium realizado em 26 de Março de 2004, em Lisboa referiu que a organização, que abarcava 27 associações de 19 países europeus representando cerca de 500.000 militares não se pronuncia nem se pode pronunciar quanto ao envio de tropas para a Bósnia-Herzegovina. Trata-se de uma decisão político-militar que ultra-

passa qualquer comentário da nossa parte. O que constitui núcleo de nossa apreciação e análise é sobre as condições em que os nossos soldados cumprem a sua missão e fazer com que estas sejam as melhores possíveis no cenário de guerra. É essa a nossa preocupação sem que isto constitua problema de disciplinar ou coesão militar. Parece que este exemplo diz tudo.

OS: Mas as Chefias podem bem satisfazer os anseios dos militares que comandam e quando não, serem intérpretes desses anseios junto da Tutela?

BC: Não estamos a falar da programação ou da funcionalidade estritamente militar. Nem todas as aspirações estão na disponibilidade das Chefias satisfazerem mas da Tutela. Levar ao conhecimento do Executivo problemas que aflijam os militares em termos de cidadania tais como, a assistência médica e segurança social; seguros de risco; sistema de férias; questões relativas à tributação; assistência familiar; aposentação e outras do tipo não envolve qualquer desrespeito à hierarquia militar, nem é posta em causa a disponibilidade permanente do militar na execução dos projectos do Governo em matéria da defesa exterior do País. Por outro lado, seria até saudável que as Chefias se propusessem exercer este papel de intérpretes junto da Tutela dos anseios dos militares que comandam. Ora não são conhecidos exemplos de disponibilização para esse tipo de actuação. Do ponto de vista sociológico e do profissionalismo qualquer chefia por mais empenhada que esteja na satisfação dos anseios dos seus subordinados sempre carecerá de virtualidade para alcançar o nível de envolvimento, de intervenção de conjunto, dinâmica e teimosia activa e alcance representativo de uma associação profissional.

OS: Mas sendo assim, as associações profissionais confundem-se com sindicatos; a actividade sócio-profissional é actividade sindical.

BC: Nada de menos certo. Uma associação profissional nos moldes da Lei 3/2001 não é um sindicato e a sua actividade sócio-profissional não se confunde com a actividade sindical. Há diferenças entre os dois tipos mas não existe identidade. Dentro da teoria de organização representativa, o associativismo profissional é uma categoria mais ampla que o sindicalismo. Neste sentido se

o que é sindical, é associativismo profissional, nem tudo o que é associativismo profissional é sindicalismo. Esta é uma realidade que nenhum jurista que se debruce sobre esta temática pode ignorar. O associativismo profissional como categoria jurídica entrou no nosso ordenamento jurídico pela 1ª vez através da Lei n.º 6/90 em 1990, a propósito da PSP precisamente para o distinguir do sindicalismo por um lado e do associativismo deontológico por outro.

OS: Mas este entendimento não é assim tão pacífico. Há juristas que entendem que os militares não só não podem convocar manifestações como nem sequer manifestar-se...

BC: Uma regra basilar do direito moderno é interpretá-lo num sentido actualista. Isto significa desde logo que a interpretação de qualquer lei tem de ser feita com base na Constituição. Uma outra regra é a exigência dessa interpretação se basear na evolução de conceitos e princípios do Estado de Direito Democrático. Não se pode por exemplo entender o actual sentido de formação e profissionalização das FF. AA. exclusivamente com raciocínios jurídicos do tempo do regime derrubado. São conhecidos comentários, publicações e decisões que apenas se limitam a posicionar-se na base do dogmatismo jurídico abstracto e que até gozam de crédito junto de algumas instituições por serem cómodos de seguir. São posicionamentos que apenas prognosticam bases de conflitualidade por não terem em conta a realidade profissionalizada das FF. AA., as suas novas formas da actividade interventiva e a coabitabilidade em que se envolvem com FF. AA. de outros países, particularmente ao nível europeu e da EU onde o associativismo profissional é uma realidade.

OS: Mas ainda não respondeu à 1ª parte da minha pergunta - podem ou não os militares convocar manifestações?

BC: As Leis Orgânicas 3/2001 e 4/2001 de 29 e 30 de Agosto foram precedidas de debate parlamentar (Diário da Assembleia de República - 1ª S - n.ºs 78 a 105 de 04.05.2001 a 18.07.2001). Ficou então desde logo assumida a regra da plena titularidade de direitos pelos militares, e a restrição como excepção. Nisto estas leis divergem da Lei n.º 29/82 de 11 de Dezembro, cujo artigo 31º é todo ele marcado por proibições sob a

capa de restrições. Espanta-me por isso quando se sustenta que aquelas leis são mais restritivas que a anterior!! Se assim fosse caberia perguntar qual a ética ou a necessidade para se ter alterado o artigo 31º.

OS: ...e então?

BC: Ora se o associativismo profissional militar não é sindicalismo militar no entender dos partidos com assento parlamentar (Diário da Assembleia de República - 1ª S - de 18.12.1999 e de 04.05.2001 - Deputados em referência - António Vitorino, Carlos Encarnação, João Amaral e João Rebelo), estando assumido que a manifestação é uma modalidade de reunião (in. Direito de Manifestação - mbito de Protecção e Restrições - Sêrvulo Correia - Almedina - pg. 36 - Julho 2006), e não prevendo o artigo 31º.B.I. da Lei 4/2001 qualquer restrição quanto ao direito de convocar uma reunião e não constando do artigo 31-C.1 qualquer restrição nesta matéria no tocante ao direito de manifestação, estamos perante uma realidade jurídica consumada que nenhum jurista, por mais prezado que seja, pode alterar. Deste apenas se espera que interprete o direito militar em termos da Constituição e que o pensamento de responsabilidade militar funcione em conformidade com a democracia - processo que se designa por constitucionalização do direito militar.

OS: Já depois de tudo isto, a satisfação de uma curiosidade: Porque um magistrado - um civil - na defesa do associativismo militar?

BC: Como sabe também há magistrados militares. Em termos jurídicos a razão desta defesa está de certo modo contida nas duas respostas que imediatamente antecedem. Do ponto de vista de cidadania num país que se quer democrático aprendi de há muito - a por altura da Crise Académica de 1961/62 - a defender os direitos humanos, como condição base da minha dignidade e da nossa sobrevivência. Ora as FF. de Segurança e as FF. AA. constituem domínios privilegiados onde os direitos humanos correm constantemente o risco de serem desrespeitados. Ora, o associativismo profissional, como forma mais elevada de convivência humana, viabiliza o conhecimento, o contacto e compreensão de pessoas e seus problemas - e consequentemente o respeito pelo ser semelhante. ▲

Encontro de Militares - 12 de Julho de 2006

União de Esforços

Desde que este Governo entrou em funções, e mais concretamente a partir de Junho de 2005, temos assistido a um ataque à Condição Militar sem paralelo na história da Democracia em Portugal.

Este cenário conduziu, quase poderíamos dizer que "empurrou", as APM para uma conjuntura em que a união de esforços era inevitável. Mesmo tendo em conta as divergências nas iniciativas e as diferenças que marcam o campo de acção de cada uma das associações – ANS, AOFA e APA –, foi possível encontrar pontos comuns de convergência que pudessem tomar forma em iniciativas conjuntas. Assim aconteceu em 14 de Julho de 2005, data em que foi promovido um Encontro de Militares em Almada.

Praticamente um ano depois, o ataque à Condição Militar originado pelo Programa de Estabilidade e Crescimento (PEC) mantinha-se (mantém-se), e embora já tenha havido algumas vitórias na luta que as APM têm travado, problemas antigos subsistem e a necessidade de enfrentar a tutela é agora ainda mais premente.

Por isso, sempre em nome da unidade na acção, foi possível organizar outro Encontro de Militares, desta vez no pavilhão do Clube de Futebol os Belenenses, em Lisboa, no passado dia 12 de Julho. Neste encontro esteve ainda presente a ASMIR, dando assim um cariz mais abrangente ao evento.

A pertinência da realização deste Encontro de Militares era evidente, tanto mais quanto, a juntar aos problemas apenas esboçados em projecto, estamos agora a enfrentar um processo de ataque às conquistas consubstanciadas na Lei Orgânica nº 3/2001 ao mesmo tempo que os processos disciplinares a alguns dirigentes associativos atingem já a tenebrosa fasquia do quarto de centena!

Os problemas são conhecidos e atingem todo o edifício legal que suporta as condições sociais dos militares.

Do sistema retributivo gerador de assimetrias graves, ao congelamento da progressão nas carreiras; da assistência na doença ao complemento assistencial do IASFA; da limitação ilegal aos Direitos, Liberdades e Garantias dos militares, à perseguição disciplinar aos dirigentes associativos; do desrespeito pela Lei, à displicência com que uma moção com mais de 8.000 assinaturas foi tratada na Assembleia da República; de todo o lado saem medidas lesivas da vida dos militares e dos seus familiares.

Precedido de várias reuniões preparatórias, o Encontro teve o seu inf-



Mesa do Encontro



SAR Elisabete Dinis apresentou a Moção

cio com a apresentação dos problemas atrás referidos, duma forma descritiva e sistemática, através das intervenções dos elementos da Mesa. A sua composição, podemos dizê-lo, constituía um autêntico Estado-Maior do movimento associativo militar: presidente da Direcção da ASMIR, MJGEN Ferreira Pinto, presidente da Direcção da ANS, SAJ Lima Coelho, presidente da AOFA, TCOR Alpedrinha Pires, e presidente da Direcção da APA, CAB Luís Reis. A conduzir/moderar os trabalhos esteve o COR Tasso de Figueiredo, secretário geral do Conselho Nacional da AOFA.

Após as intervenções da Mesa, a Ordem de Trabalhos previa a apresentação, discussão e votação de um projecto de Moção, em que eram elencados de forma sucinta os pro-

blemas que afectam a Família Militar, o desrespeito que a tutela e as chefias têm mostrado pela Condição Militar, com referência à atitude repressiva disciplinar para com os dirigentes associativos, e terminava com a decisão que os militares presentes tomariam em caso de aprovação desse mesmo projecto.

Encontro decidiu apresentar nova petição à Assembleia da República

A sua leitura foi feita pela Sargento Elisabete Dinis, após o que se entrou num período de debate sobre o conteúdo do mesmo, um debate frutífero, porquanto deu origem a alterações importantes, vertidas no texto final da Moção, que viria a ser aprovada por unanimidade, cujos extractos publicamos a seguir.

Assim:

"Os militares presentes, não esquecendo as dificuldades que o País enfrenta, mas conscientes da necessidade de as Forças Armadas se manterem moralizadas e coesas, no respeito dos Valores que as enformam, decidiram:

■ Apoiar os trabalhos da Comissão de Inquérito formada pelas quatro APM e destinada a denunciar todos os casos de incumprimento da legalidade, incluindo as novas e gravosas lesões dos princípios consagrados nas "Bases gerais do estatuto da condição militar" consubstanciadas nas alterações verificadas, nomeadamente, na Assistência na Doença aos Militares (ADM) e

nos regimes de reserva e de reforma;

■ Apresentar uma nova petição à Assembleia da República, solicitando aos Exmos. Srs. Deputados que, sobre a matéria já constante da Petição n.º 87/IX/2ª, exerçam em plenitude as competências de fiscalizar os actos do Governo que o artigo 162.º da Constituição da República Portuguesa estabelece, a fim de evitar que as Instituições do Estado Democrático possam continuar a ser desacreditadas;

■ Mandatar as Direcções das APM para darem conta das preocupações expressas nesta moção a Suas Exas. os Presidente da República, Presidente da Assembleia da República, Primeiro-Ministro e Ministro da Defesa Nacional, e aos presidentes ou secretários-gerais dos Partidos Políticos;

■ Mandatar as Direcções das APM para continuarem a promover acções de defesa dos direitos e legítimas expectativas da Família Militar, face ao desproporcionado ataque à Condição Militar desferido pelo Governo.

As ASMIR, ANS, AOFA e APA"

Depois da Moção aprovada, foi aberto um período de debate para que os presentes pudessem apresentar à assembleia o que lhes aprofundasse.

Foi uma altura em que muitos camaradas resolveram apresentar pro-

ANS e APA solicitaram um estudo ao Governador do Banco de Portugal

No dia 9 de Agosto, pelas 18h00, uma delegação composta por duas dezenas de Sargentos e Praças, deslocaram-se ao Banco de Portugal, a fim de entregar em mão um ofício dirigido ao senhor Governador solicitando as seguintes informações:

"...vimos por este meio solicitar que nos informe sobre o impacto que as medidas governamentais, tomadas em 2005 no âmbito do Programa de Estabilidade e Crescimento (PEC), tiveram:

1. Na diminuição real do défice orçamental do Estado;
2. Nos orçamentos domésticos da Família Militar."

Com o intuito de melhor defenderem os interesses e os escassos direitos dos militares que representam, com dados fidedignos e rigorosos, as associações sócio-profissionais, ANS e APA, necessitam de informações sobre o impacto das medidas do Governo tanto no OE como nos orçamentos domésticos da Família Militar.

As duas associações entenderam que, passado um ano sobre a adopção das medidas governamentais com o objectivo declarado de combater o défice orçamental e promover a estabilidade e o crescimento do País, o apuramento do resultado do impacto dessas medidas no

OE é uma necessidade e o seu cumprimento uma regra democrática elementar em qualquer Estado de Direito.

Faz todo o sentido obter os dados solicitados, visto que foi gorado o pedido ao Governo para acesso aos estudos de impacto, para poderem fundamentar os seus pareceres acerca dos diplomas que afectaram os universos que representam. Sabemos hoje que tais diplomas foram adoptados sem terem como base estudos que indicassem as consequências do seu impacto, no OE e nos orçamentos domésticos da Família Militar.

Tem interesse apurar o impacto real de tais medidas permitindo ao Governo, corrigir a trajectória e introduzir alterações, de modo a que aquilo que é bom para o País seja também bom para os portugueses. Adoptar medidas que possam repor os princípios da certeza e da garantia que gerem a confiança e a estabilidade indispensáveis à estabilidade e ao desenvolvimento.

O ofício baseou-se no "Código de Conduta do Banco de Portugal", que estabelece princípios básicos, que se podem ler na caixa em baixo.

O senhor Governador teve a amabilidade de nos responder ainda durante o mês de Agosto com uma resposta lacónica e inconclusiva como se pode verificar pelo texto em caixa (ao lado). ▲

3.3 Relacionamento com o p blico

3.3.1 Princípios básicos

Os trabalhadores devem evidenciar, no seu relacionamento com o p blico, disponibilidade, eficiência, correcção e cortesia. Devem ainda assegurar-se que, na medida do possível, os utentes dos serviços do BP obtêm as informações que solicitam. Tais informações, bem como eventuais razões para o seu não fornecimento, devem ser claras e compreensíveis.



Encontro de Militares - 12 de Julho de 2006

postas, levantar questões, enfim, participar activamente num debate que é sempre proveitoso.

Estava previsto que, após a votação da Moção, este período servisse essencialmente para troca de ideias e não para a tomada de decisões.

Promover acções de defesa dos direitos e legítimas expectativas da Família Militar

Após este período acalorado, o moderador deu início ao encerramento do Encontro, o que viria a acontecer com todos os elementos presentes a cantar o Hino Nacional.

Foi mais uma iniciativa que marcou a luta das APM em convergência, pelo que pode dizer-se que os objectivos do Encontro foram atingidos. Dela surgiu uma nova petição à Assembleia da República, um renovado apoio à Comissão de Inquérito ao Incumprimento da Legalidade De-



Pormenor do pavilhão do Belenenses onde decorreu o Encontro

mocrática e um reforço do papel da APM como representantes dos Militares de Portugal.

Por outro lado, e à margem do previsto para este Encontro, foi possível recolher mais cerca de 400,00 euros para o Fundo de Solidariedade e foram, também, assinadas 89 declarações de solidariedade para com o vice-presidente da Direcção da ANS, David Pereira.

Por tudo isto, e porque o caminho também é feito de dificuldades internas, afirmamos que o movimento associativo militar está bem e recomenda-se.

Foi mais um passo.

Agora há que dar-lhe continuidade, na recolha de assinaturas para a nova petição, no constante diálogo com outras associações sócio-profissionais e, muito importante, na mobilização de todos para futuras iniciativas, conjuntas ou não.

É que, como se referia no Boletim da CPR Armada de Julho de 2006, "...é a todos que esta luta diz respeito!". ▲

Retalhos sobre a Globalização

Há dias um amigo enviou-me pelo correio electrónico um texto retirado da obra de 2005 'Resistir', de Ernesto Sabato. Sabato é um pensador argentino, de Rojas, Buenos Aires, onde nasceu em 1911. Entre outros foi galardoado com o Prémio Cervantes (1984) e com o prémio Jerusalém (1989). Começo, então esta minha opinião com excertos do referido texto.

Recorda ele com acerto, como se tivesse vivido cá as primeiras décadas da minha vida:

"[...] Milhares de homens matam-se a trabalhar, quando podem, acumulando amarguras e desilusões, mal conseguindo aguentar mais um dia na situação precária, enquanto que quase não há um indivíduo que, depois da sua passagem pelo poder, não tenha trocado, em apenas alguns meses, o seu modesto apartamento por uma luxuosa mansão com entrada para fabulosos automóveis. Como podem não ter vergonha.

Se cruzarmos os braços seremos cúmplices do sistema que legitimou a morte silenciosa. Os homens precisam que a nossa voz se junte às suas reivindi-

cações. Detesto a resignação que é apreendida pelos conformistas quando o sacrifício não é o seu, nem da sua família. Pensei com pavor na possibilidade de que, como as virulentas doenças de há séculos, a impunidade e a corrupção consigam instalar-se na sociedade como parte de uma realidade a que deveremos habituar-nos. Como é que chegámos a esta degeneração dos valores da vida social? Quando éramos crianças aprendemos o comportamento vendo os homens que simplesmente cumpriam o seu dever – expressão hoje em desuso – esperando receber uma recompensa digna pelo seu trabalho, mas que nunca aceitaram qualquer suborno. Eram pessoas com dignidade: não teriam medo ao bolso o que não lhes pertencesse nem teriam aceite subornos nem baixeiras semelhantes.

"[...] Que dizer do que foram um dia os sindicatos! Lembro-me quase com ternura do caso daquele homem que desmaiou na rua; depois de reanimado, aqueles que o haviam socorrido perguntaram-lhe porque é que não tinha comprado qualquer coisa para comer

com o dinheiro que tinha no bolso, e esse ser humano maravilhoso respondeu que esse dinheiro era do sindicato. [...] Roubar as arcas da Nação, as que devem atender ao bem comum, era do pior. E continua a sê-lo.

Os que ficam com o dinheiro dos professores, os que roubam as mutualidades ou metem ao bolso o dinheiro das licitações não podem ser aplaudidos. Não devemos ser assessores da corrupção. Não se pode levar à televisão sujeitos que contribuíram para a miséria dos seus semelhantes e tratá-los como senhores diante das crianças. Esta é a grande obscenidade! Como vamos poder educar se nesta confusão já não se sabe se as pessoas são conhecidas por serem heróis ou criminosos?"

Lendo estas palavras sábias, prenhes de razão, temos de reflectir sobre o que se passa à nossa volta, o que aparece nos ecrãs das nossas televisões e computadores, no que vemos e ouvimos todos os dias nos média, nas referências que estes órgãos veiculam e inculcam em todos nós.

Ao sair de minha casa uma manhã

deparei com o conteúdo do lixo de pernas para o ar e o seu conteúdo espalhado pela rua. A interrogação com que Sabato termina aquele excerto fez todo o sentido. Quanto do vandalismo que pulula nas nossas ruas é fruto desta campanha de embrutecimento e de ausência de referências ou do seu desvirtuamento?

A cultura dominante que nos impõem todos os dias numa verdadeira cruzada ideológica, ao mesmo tempo que apregoam o fim das ideologias, força-nos a acreditar que o que é importante hoje é o Ter. Ter um bom carro, uma boa imagem, frequentar os lugares VIP, seja lá isso o que for, dizer duas ou três vacuidades da moda. A cultura do Ser está fora de moda. Não é moderno, é coisa do passado, não dá acesso aos corredores do poder nem aos média.

Por este andar não chegámos ao fim da história, como também nos querem fazer crer, mas recuámos à fase histórica da barbárie.

David' Pereira ▲

INTERNACIONAL

Repressão abate-se sobre dirigentes da AUME

Uma delegação da ANS composta pelo presidente da Direcção, António Lima Coelho e o vice-presidente, José Pereira, reuniu, no passado dia 9 de Setembro, com dirigentes da associação de militares espanhola AUME na localidade de Montijo, perto de Badajoz (foto).

Esta reunião serviu para trocar informações de parte a parte sobre os difíceis momentos que se vivem de ambos os lados da fronteira, no que diz respeito às condições de vida dos militares bem como ao desenvolvimento do associativismo socioprofissional.

Contrariamente ao que foi amplamente divulgado pela imprensa de que os militares espanhóis iriam ser aumentados 30% por empenhamento pessoal do anterior ministro da defesa espanhol, José Bono, de acordo com informações da AUME tal não corresponde à verdade pois os aumentos de vencimento desta monta ocorreram apenas em alguns dos postos cimeiros da hierarquia, cabendo aos militares de mais baixa patente aumentos quase insignificantes.

Se estamos recordados, aquando da revisão de vencimentos dos militares portugueses em 1999, também o então Ministro da Defesa, Dr. Jaime Gama, anunciou aumentos de 30% para os sargentos e depois foi o que vimos...

De facto quando entre nós falamos dos nossos problemas, é recorrente a afirmação de que os espanhóis é que estão bem, mas na realidade também os nossos camaradas do país vizinho se debatem com problemas de várias ordens, a começar por um regime disciplinar altamente retrógrado, com penas duríssimas, bem como a atribuição de um cada vez maior número de missões internacionais, mesmo quando não estão reunidas as necessárias condições para as executar, de acordo com as suas palavras, chegando ao ponto de ainda



recentemente terem colocado a possibilidade de uma unidade do Exército ir fazer a recolha do lixo acumulado numa cidade onde os serviços de recolha do lixo fizeram uma greve de vários dias...

No entanto os nossos camaradas da AUME continuam a resistir à forte oposição e repressão que sobre eles se abate e continuam a desempenhar as suas actividades associativas com grande coragem e perseverança, como é prova a sua recente adesão como membros da Euromil, fazendo crescer a sua associação, divulgando as iniciativas e denunciando publicamente os problemas.

Por tudo isso o seu vice-presidente Francisco Martín foi punido pelo Chefe do Comando Aéreo Geral, General Gonzalo Jácome, com 50 dias de de-

tenção em estabelecimento disciplinar, por, enquanto presidente de uma associação de controladores aéreos civis e militares, ter escrito uma carta ao Colégio Oficial de Pilotos da Aviação Civil alertando para o incumprimento de condições para a actividade aérea ao nível do controlo.

Mais recentemente o presidente da AUME, Jorge Bravo, criticou publicamente numa conferência de imprensa, a gestão do Ministério da Defesa perante o acidente com um helicóptero Cougar que vitimou 17 militares espanhóis no Afeganistão, apelando a que se desse a conhecer as causas do acidente e reforçando a necessidade de que aos membros das Forças Armadas enviados para missões internacionais sejam asseguradas as necessárias condições técnicas e materiais, bem como a formação e pre-

paração adequadas para o cumprimento das missões com eficácia e segurança.

Na sequência desta conferência de imprensa, foi aberto também um processo disciplinar ao presidente da AUME, que está ainda a decorrer e que, caso venha a ser aplicada, cumprirá uma pena disciplinar de entre 30 a 60 dias de detenção em estabelecimento disciplinar.

Da parte da ANS tudo faremos para denunciar situações destas, pelo que podem os nossos camaradas espanhóis contar com a nossa solidariedade activa, na defesa do associativismo e demais direitos de cidadania, ainda recentemente confirmados na Recomendação 1742 de 11 de Abril de 2006 do Conselho da Europa sobre Direitos Humanos dos Membros das Forças Armadas. ▲

EUROMIL

ANS presente no 94.º Presidium

Realizou-se em Berlim, de 20 a 24 de Setembro, o 94.º Presidium da EUROMIL. A ANS esteve representada por António Lima Coelho, presidente da Direcção e membro da Direcção da Euromil.

A reunião de Direcção teve lugar no edifício sede da DBwV em Berlim, no dia 20. Entre muitos outros aspectos foram discutidos a saída do secretário-geral, Andreas Pruffert, as necessárias alterações aos estatutos para obviar situações como por exemplo, a que se verificou aquando da saída do anterior presidente, e também com a necessidade de melhorar o funcionamento da Euromil, a necessária reestruturação funcional do escritório da Euromil em Bruxelas.

No dia seguinte, pelas 09h00 teve início o 94.º Presidium da EUROMIL, que contou com 21 delegações. O presidente interino apresentou as despedidas a Andreas Pruffert e cedeu-lhe a palavra. Pruffert endereçou ao Presidium palavras de despedida realçando que era para si significativo que o último Presidium em que participaria estava a decorrer no seu país natal.

Bernhard Gertz interrompeu os trabalhos do 94.º Presidium e abriu os trabalhos do Congresso Extraordinário. Faz um breve histórico desde Outubro/Novembro de 2005, com a saída do anterior presidente, explica a situação vivida até aqui e a necessidade de se encontrar uma alternativa a este estado de coisas, sempre dentro da legalidade e do espírito dos objectivos da EUROMIL. Reforça a dificuldade de desempenhar as funções de presidente da Euromil e de presidente da DBwV em simultâneo.

A primeira matéria a ser tratada foi a alteração aos Estatutos. A seguir fez-se a eleição para o presidente da EUROMIL. Emanuel Jacob foi eleito novo presidente com 55 votos a favor e um voto contra. De imediato assumiu as funções e o presidente interino retomou o cargo de vice-presidente.

E. Jacob usou da palavra, não para fazer um discurso presidencial mas para referir que no seu entendimento a EUROMIL deverá entrar de novo no caminho da defesa dos direitos dos militares, contando com o presidente, o vice-presidente, o secretário-geral, os membros da Direcção, o escritório em Bruxelas e todas as associações, que são afinal "A EUROMIL". afirmou ainda que não deveremos questionar se estamos a fazer bem as coisas mas sim se estamos a fazer as coisas certas!

Encerrou-se o Congresso Extraordinário e foi reaberto o 94.º Presidium, agora presidido por E. Jacob.

Relativamente à Resolução 1701 das Nações Unidas (Libano), B. Gertz informou o Presidium que a resposta da Alemanha foi de enviar 2 fragatas, 4 lanchas rápidas e 2 navios logísticos. A Dinamarca enviara uma fragata para complementar a força. afirmou a sua preocupação porque os navios alemães estão preparados para missões de defesa nos mares do Norte. As fragatas alemãs não estão preparadas para clima africano. Isto é complicado para o bom desempenho das tripulações. Lembrou que a UNIFIL está no Líbano desde 1978. Teme que esta missão se venha a tornar numa "história interminável".

É seu entendimento que, no futuro, quando os governos decidirem sobre o envio de tropas deverão primeiro ter em conta quanto tempo estas forças estarão deslocadas. Esta noção deverá existir antes da partida das tropas e não apenas depois da sua presença nos locais de des-

locamento. Enquanto militares europeus temos de exigir que as nossas tropas sejam enviadas para missões com a consciência de que a mesma tem razão de ser. Não apenas para cumprir interesses políticos individuais. Mas estas missões deverão sobretudo ser de paz.

No relatório do sec. geral, Pruffert referiu que uma das matérias que deveremos questionar prende-se com a falta de coordenação entre os países europeus. Quanto dinheiro se gasta inutilmente por falta de coordenação? Por exemplo, existem na Europa 29 projectos diferentes de carros blindados. Não poderia haver convergência? Se se gasta mal o dinheiro, não resta tanto para melhorar as condições de vida e de trabalho dos militares. Temos como exemplo a história dos



A chanceler Federal Angela Merkel esteve presente na sessão comemorativa dos 50.º aniversário da associação anfitriã, DBwV, realizada no decorrer do 94.º Presidium

"Dingos II". São carros bem equipados para combate anti-minas e que equipam as forças alemãs quando efectuam patrulhas nos diversos teatros. Se no dia seguinte a patrulha for feita por tropas de outro país que não tenham as mesmas condições de segurança e qualidade do material, os soldados naturalmente falam sobre isto, discutem essas diferenças e isso enfraquece a própria missão.

Informou ainda que da Bulgária (BOL Rakovsky), Ivan Milov não pode estar presente porque o Ministério da Defesa Búlgaro cortou os subsídios. Este facto reforça a tese defendida pela Euromil que as associações devem ser independentes. É um trabalho que a Euromil pode ajudar a fazer.

Os trabalhos foram interrompidos pelas 18h30 e reiniciados às 09h00 do dia seguinte. O tesoureiro, Svend Erik Larsen, apresentou então o orçamento para 2007. Gertz sugeriu que por causa das dificuldades que inevitavelmente a substituição do secretário-geral irá trazer, este caminho se faça por etapas em 2007 e em 2008, para que no Congresso de 2008 se estabeleça o funcionamento. Reconheceu que foi um erro ter tido um secretário-geral em Bruxelas, acumulando com a função de plenipotenciário da DBwV. A função de sec. geral deverá ser uma só. No final da discussão foi aprovado o Orçamento para 2007.

Sobre "Demografia e Pensões", E. Jacob insistiu para que este tema, em particular a questão das pensões, seja mencionado nos respectivos "Relatórios Nacionais" pois é destes dados que vem muita da argumentação possível. É daqui que vem muita da munição para combater!

Sobre "Higiene e Segurança no Local de Trabalho", Denis Granville da PDF-ORRA (Irlanda) fez uma breve apresentação sobre a problemática do "Urânio Empobrecido" ("DU" - Depleted Uranium) e a sua eventual utilização no Líbano, matéria que será coberta e discutida no



As delegações da AN da AUME(Espanha) e da ASDP (Itália)

"Open Fórum" a realizar mais tarde. Da apresentação sumária ressaltam as seguintes conclusões: O Líbano passou a fazer da parte da lista crescente dos países onde têm sido utilizadas armas que fazem uso do urânio empobrecido. Este facto afectará o ambiente local, a população local e possivelmente os nossos militares que servem e servirão no Líbano. Os EUA têm transportado este tipo de armamento através de países europeus sem de tal facto darem conhecimento às respectivas autoridades.

Sobre "Questões Internacionais e Política de Segurança" E. Jacob solicitou que seja enviada para a Euromil toda a informação possível relacionada com militares em missões no estrangeiro para que antes de cada Presidium se possa ter um quadro minimamente actual.

Quanto à apresentação dos "Relatórios Nacionais", foi referido por E. Jacob que, apesar de estarem presentes 21 delegações apenas sete "National Report" foram apresentados. É necessário reforçar este item pois é da troca de informações e da discussão das diferenças entre os vários países que surgem muitos temas que a Euromil pode e deve pressionar no cenário europeu.

Wim van den Burg da AFMP (Holanda) referiu que um dos temas em discussão no seu país tem a ver com a forma como são enviados os militares para os diversos cenários de missões. Referiu que as companhias contratadas para o efeito voam em qualquer condição sim-

plesmente porque têm de dar lucro. B. Gertz referiu que na Alemanha foi decidido que os militares alemães só são transportados em meios nacionais. O material poderá ser transportado por companhias de outros países. Os meios humanos, os militares, não!

Levantou a seguinte questão: Quem será responsável se um acidente aéreo acontecer com tropas em missão ao serviço da NATO, da UE ou de outras instituições? Face a esta questão, foi decidido que a Direcção da Euromil irá trabalhar no sentido de forçar as respostas necessárias. Serão um dos temas da próxima reunião de Direcção.

E. Jacob deu então por encerrado o 94.º Presidium da Euromil, agradecendo aos tradutores o trabalho efectuado, ao pessoal do escritório de Bruxelas todo o empenho e a todas as delegações presentes o contributo para o bom resultado dos trabalhos.

De tarde teve lugar o Open Fórum subordinado ao tema "Urânio Empobrecido - Aspectos legais e sanitários", que contou com a apresentação de Denis Granville, dos especialistas convidados Professor Mohr, a Doutora Meineke e o Coronel Médico Claussen, da Força Aérea Alemã. Foi um Fórum muito participado. As apresentações feitas pelos especialistas convidados, pela sua importância, dimensão, oportunidade e qualidade suscitaram o interesse de todos os participantes pelo que serão facultadas mais tarde pela Euromil. ▲

Eleições para os Órgãos Sociais da ANS

Os Órgãos sociais que vão dirigir a ANS - Associação Nacional de Sargentos - no biénio 2007/08 serão eleitos no próximo dia 3 de Fevereiro de 2007 aquando das comemorações do Dia Nacional do Sargento.

De acordo com o Regulamento Interno da ANS, os associados que pretendam apresentar listas concorrentes a este acto eleitoral, terão que o fazer apresentando a composição da lista, bem como os sócios proponentes da mesma, à mesa da Assembleia Geral até ao próximo dia 12 de Janeiro.

A Mesa da Assembleia Geral apela a todos os associados para que se empenhem neste acto fundamental da nossa vida associativa, lembrando que o engrandecimento e o dinamismo de uma associação depende exclusivamente do empenho dos seus associados, e a ANS não foge a esta regra.

Recorde-se que as listas e as candidaturas devem obedecer ao determinado no art. 6.º dos Estatutos e no art. 28.º do Regulamento Interno da ANS que se transcreve:

Artigo 6.º
(Mesa da Assembleia Geral)

1. Todos os Órgãos Sociais, previstos nos presentes estatutos, serão eleitos na base de listas integradas por Sargentos dos três Ramos das Forças Armadas, de modo a respeitar o princípio de proporcionalidade dos Ramos na Representação Social.

2. O mandato dos Órgãos Sociais é de dois anos.

Artigo 28.º
(Candidaturas)

1. As candidaturas serão entregues à Mesa da Assembleia-geral, até 20 (vinte) dias antes do acto eleitoral.

2. Cada lista de candidatura conterá a designação dos membros a eleger com:

- a) Identificação dos seus componentes (nome, idade, categoria, ramo, local onde presta serviço, e número de associado).
- b) Indicação do órgão e cargo a que se candidata.
- c) Identificação dos dois representantes da lista.

3. As listas de candidatura terão que ser subscritas por, pelo menos, 100 (cem) associados, com indicação de nome legível, assinatura, ramo a que pertence e número de sócio.

4. As listas são consideradas quando apresentem candidatos a todos os órgãos sociais.

5. Cada candidato só pode apresentar-se numa lista de candidatura.

6. As listas são aceites ou rejeitadas em bloco.

A nossa UNIDADE é fundamental!

Por uma associação cada vez mais forte e participativa na defesa dos Sargentos de Portugal!

Colabora empenhadamente na vida da nossa ANS! ▲

Apontamentos sobre o GT - ADM

O Grupo de Trabalho para a reestruturação da assistência na Doença aos Militares e seus familiares (GT-ADM), ilustra bem o modo como o Governo vem impondo a sua política de vil e soez ataque aos direitos adquiridos constitucionalmente pelos portugueses.

Por um lado não cumpre a lei que obriga à audição prévia às entidades representativas, associações e sindicatos, por outro lado envia documentos que depois altera durante o processo do simulacro de audição, e aprova outros alterados relativamente aos inicialmente postos à discussão.

Dando razão às preocupações da ANS, o Governo cria GT, para estudar problemas em concreto e dar execução às suas pretensões legislativas, os quais produzem trabalhos, elaborando os edifícios normativos de suporte aos diplomas aprovados, trabalhos ignorados pelo Governo, remetendo para audição, sem data para entrega nem reunião de apresentação dos pareceres, documentos diferentes dos aprovados em sede do GT-ADM, por exemplo.

Como todos sabemos as associações sócio-profissionais, à revelia da lei 3/2001, de 29 de Agosto, não foram integradas no GT - ADM. Se assim tivesse acontecido, não tendo a presunção de que os nossos contribuintes seriam os determinantes, tal possibilitaria a fundamentação de propostas alternativas ou enriquecedoras daquelas que foram sendo discutidas e apresentadas, conforme se depreende da leitura das actas de 1 a 5.

As associações socioprofissionais foram convidadas pelo presidente do respectivo GT, MGEN Luís Sequeira, secretário-geral do ministério, para participarem informalmente a partir da 6ª reunião. Ilustrando, digamos que entraram acidentalmente num comboio em viagem, sem, contudo, terem o bilhete válido para a viagem.

A nossa presença apenas na sexta reunião desse Grupo de Trabalho e sem sermos conhecedores dos documentos em análise/discussão, apenas permitiu que estivessemos com um estatuto de meros observadores, se assim se quiser chamar. Daqui derivou a preocupação expressa em clarificar que a nossa presença ali não poderia permitir a ninguém considerá-la como uma integração efectiva no Grupo de Trabalho.

A Lei Orgânica n.º 3/2001 continua por cumprir. Embora não sendo o esperado ao abrigo da Lei Orgânica atrás referida, reconhecemos o interesse do convite e, com o espírito de lealdade e frontalidade que caracterizam os militares, não deixámos de afirmar claramente aquilo que são as nossas mais firmes convicções sobre a matéria. E, dentro do espaço que nos foi dado, procurámos contribuir para diminuir os efeitos negativos do DL 167/2005, de 23 de Setembro.

Infelizmente, e como temíamos, a vida veio mostrar que os nossos receios não eram infundados. O sr. ministro da Defesa Nacional concedeu uma entrevista a um jornal nacional, onde é afirmado, numa clara distorção da verdade e do rigor, que "...as associações estão a ser ouvidas sobre as alterações ao sistema de saúde e entidade gestora". Mais uma vez falseou a realidade que passou para o cidadão comum.

Com as alterações introduzidas, violou-se de um direito que decorre da própria condição militar: a gratuidade na assistência na doença aos militares e suas famílias! Prática corrente noutros sistemas complementares de assistência na doença, como por exemplo o da Presidência do Conselho de Ministros e o do Banco de Portugal. Porque terão os mili-



tares de pagar um dos especiais direitos, compensações e regalias decorrentes da caracterização e da exigência da sua Condição Militar?

Por outro lado, não queremos deixar de pagar para o nosso Instituto de Acção Social. Obra de gerações e que nem sempre teve o tratamento transparente e rigoroso que deveria. O que entendemos dever ser salvaguardado é a instituição IASFA e o seu objecto principal de acção: a assistência complementar social.

Sem prejuízo de outros trabalhos de maior balanço sobre este assunto, numa primeira compilação de tópicos referentes às perdas do nível de vida por via da extinção das ADMA, ADME e ADMFA e implementação da ADM gerida pelo IASFA.

1. Problemas com a comparticipação dos transportes privados utilizados pelos beneficiários na deslocação para tratamentos ambulatoriais, consultas ou outros.

Segundo o regime da ADSE, estas comparticipações só podem ser atribuídas quando o beneficiário de desloque de Ambulância ou Táxi quando tal for recomendado pelo médico e só em algumas situações clínicas, excluindo as despesas com a utilização de transporte próprio.

Esta situação coloca os beneficiários, em situações clínicas abrangidas pelo regulamento da ADSE, na situação de terem de suportar as despesas do Táxi ou das Ambulâncias até à comparticipação lhes ser paga. Isto faz com que, por exemplo, hajam camaradas em que eles ou familiares directos, beneficiários, tenham de optar por arcar com as despesas do transporte próprio em virtude de o seu vencimento ou pensão não ser suficiente para pagar de imediato aos Táxi ou Ambulância.

2. Problemas com a diminuição drástica das comparticipações nos medicamentos.

Sabemos hoje que, sendo os medicamentos comparticipados em percentagens que se situam entre os 20,9 e os 89%, sendo que a maioria, cerca de 93% dos medicamentos a parte suportada pelos beneficiários se situa entre os 40 e os 70%, mesmo em medicamentos prescritos para doenças crónicas, que anteriormente eram fornecidos gratuitamente ou uma percentagem simbólica. Um camarada mostrou-nos facturas de farmácia, com os mesmos medicamentos, do fim de 2004 e de 2006 com um aumento suportado por ele de 113%, o que serve para ilustrar as perdas nesta área.

3. Problemas com a inscrição de beneficiários.

Para além dos problemas inerentes ao prazo dado, de 90 dias a contar de 1 de Janeiro de 2006, para os conjugues puderem optar entre permanecerem beneficiários da ADM ou de qualquer outro subsistema de saúde público, como p.e., a ADSE, sem que o Regulamento da ADM esteja publicado, bem como as Portarias regulamentadoras, gerou uma situação de instabilidade e de incerteza nas famílias dispensável, e que só se compreende por o processo ter sido feito, não para racionalizar meios e poupar verbas, mas para eliminar direitos inerentes à Condição Militar.

Nesta linha, foi detectado um problema grave na possibilidade de qualquer cidadão beneficiário de uma qualquer pensão de invalidez, mesmo sem ter sido adquirida por militares ou seus familiares ou por civis ao serviço das Forças Armadas, possa requerer a inscrição na ADM (conferir a alínea b) do n.º 2 do artigo 4.º do DL 167/2005). Curiosamente, tendo esta possibilidade sido rectificada no normativo elaborado pelo GT-ADM, nos diplomas remetidos às associações para simulacro de audição a aberração lá continua.

4. Problemas com a salvaguarda do IASFA e, por essa via, da Assistência Complementar Social.

A partir de Janeiro de 2006, o valor das quotas para o IASFA passou a ser de 0% do vencimento, sendo que se passou a descontar 0,8% para a ADM (nos boletins de vencimento vem designado IASFA/ADM), numa quotização crescente até atingir o 1% em 2008, havendo o compromisso do ministro, perante o presidente do GT ADM, de ser o Ministério a suportar o valor das quotas para financiar o IASFA a partir do OE.

Ora o que nós defendemos é que o Ministério suporte o financiamento da ADM por via do OE, e deixe que das nossas quotas para o IASFA continuaremos nós a pagar.

Mas por via daquele desconto que todos os militares passaram a fazer para a entidade gestora suportar as despesas de funcionamento da ADM, criou a expectativa e a possibilidade de todo o universo de beneficiários da ADM o sejam também do IASFA, triplicando-se assim este universo, diminuindo a entrada de dinheiro para os cofres da Instituição. A curto prazo a obra social dos militares terá de começar a alienar património para suportar as despesas acrescidas, também com a ADM - vejamos já os efeitos com os atrasos nas comparticipações escolares no último ano escolar.

Para obviar a esta dificuldade, o presidente do IASFA, como consta em editorial do último boletim, propôs uma quota de 0,5% do vencimento base para a

assistência complementar social, o que foi recusado no GT-ADM e pelos ramos, de acordo com um compromisso político do anterior ministro. Sabemos hoje que, tal como em tudo o mais, o Governo veio equiparar pelo mais negativo: em vez de os militares ficarem com o regime de descontos da ADSE, impôs a toda a Administração Pública um desconto de 1,5%, englobando os reformados. Só este facto anulará o aumento nos vencimentos para 2007.

Se outras medidas não forem tomadas com rapidez será o fim do IASFA e do CPFA que anterior Governo do PS nacionalizou.

5. Caducaram os acordos e protocolos com as clínicas.

Verifica-se, também, que as clínicas, laboratórios e outras entidades que tinham protocolos de serviço com as ex ADM, já não aceitam fazer serviços porque não reconhecem a actual entidade. Esta situação é particularmente grave para os camaradas que estão colocados nas Regiões Autónomas e no interior do País, situações em que dependem quase em absoluto daquelas entidades para receberem tratamentos, meios auxiliares de diagnóstico e restante assistência especializada ou geral.

6. Degradação das condições de assistência na doença por via indirecta.

Na mesma altura em que o Governo everscia com a implementação da ADM, para ficar com as regras de funcionamento da ADSE, o que já seria mau, no fim de 2005 e no início de Agosto de 2006, também o ministro das Finanças resolveu dar mais umas "dentadas" nas condições assistenciais daquele subsistema de saúde.

Assim, para além da perda que o paralelismo com a ADSE, por si só, já representava, (de notar que os subscretores daquele subsistema de saúde só descontavam 1% do seu vencimento até se aposentarem) o ministro das Finanças resolveu degradar as condições contributivas daquele organismo.

Na penúltima reunião do GT-ADM - que precipitadamente se extinguiu sem que nenhum documento normativo estivesse publicado, sem que a entidade gestora tivesse apresentadas as condições físicas para o seu funcionamento, sem que toda a situação de transferências de verbas e de liquidação dos passivos anteriores estivesse concluída e o património do IASFA blindado em relação aos passivos da ADM - tivemos a oportunidade de apresentar uma declaração para a acta, manifestando preocupações que a vida, infelizmente, mais uma vez comprovava como pertinentes.

Mas pior e mais preocupante ainda é que, de facto, esta degradação ainda não é a que o Governo quer impor. Senão, não se entende. Sendo a nova ADM fruto do desejo do Governo por motivo a mantêm na ilegalidade normativa, apesar de todo o normativo estar pronto em sede de GT-ADM e desde Junho?

Exige-se a publicação urgente do quadro normativo da nova ADM produzido em sede de GT, com base no qual o IASFA, como entidade gestora, está a funcionar.

Reiteramos a nossa incondicional disponibilidade para colaborar e contribuir para a construção do edifício necessário para albergar a Família Militar de uma forma aberta, frontal, transparente, sempre de acordo com os preceitos legais existentes e dentro daquilo que nos caracteriza:

A defesa dos valores e dos princípios em acreditamos! ▲

Actividade ASSOCIATIVA

Nem o período estival, nem o consequente período de regresso de férias permitiram grande descanço aos dirigentes associativos. As medidas que agravam as condições de vida dos militares e das suas famílias já apresentadas no ano passado, e que o Governo pretende implementar sobretudo em momentos em que os portugueses parecem mais distraídos, mereceram da nossa parte uma constante vigilância, resistência e denúncia.

Para além dos trabalhos inerentes a estes combates, muitas outras reuniões de Direção, de Secretariado, das Comissões Permanentes dos Ramos foram efectuadas. Apresentamos, de seguida, um resumo da actividade associativa:

10 Julho - Reunião entre as direcções das quatro associações profissionais de militares;

11 Julho - Reunião com os Sargentos do Hospital Militar de Belém. ANS representada por L. Coelho e R. Esteves;

12 Julho - Encontro de Militares no Pavilhão do Belenenses;

17 Julho - Reunião no IESM com o presidente do Grupo de Trabalho para a Reconstituição das Carreiras dos Militares. ANS representada por L. Coelho e D. Pereira;

18 Julho - Porto de Honra de Solidariedade para com o dirigente da ANS, David Pereira, realizada no "Martinho da Arcada";

20 Julho - Primeira entrega de Declarações de Solidariedade no Gab. CEMA;

25 Julho - Segunda entrega de Declarações de Solidariedade no Gab. CEMA;

27 Julho - Última reunião do Grupo de Trabalho para a ADM. ANS representada por L. Coelho e D. Pereira;

28 Julho - Conferência de Im-



prensa Conjunta ANS, AOFA e APA, na Casa do Alentejo;

31 Julho - Encontro de Sargentos da Região de Lisboa, na Sede da Confederação Portuguesa das Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto;

01 Agosto - Almoço na Messe de Sargentos de Lisboa, a convite da Gerência;

03 Agosto - Terceira entrega de Declarações de Solidariedade no Gab. CEMA;

09 Agosto - Entrega de Ofício no Banco de Portugal. Acção conjunta da ANS e APA;

12 Agosto - Recepção no Clube de Praças da Armada ao dirigente da APA, Cabo Filipe, depois de cumprir período de detenção;

22 Agosto - Reunião entre direcções das Associações Profissionais de Militares;

30 Agosto - Audiência concedida aos dirigentes das quatro associações profissionais de militares pelo secretário-geral do PCP;

12 Setembro - Operação "Multi-Banco" na Rua Augusta, Lisboa;

06 Setembro - Quarta entrega de Declarações de Solidariedade no Gab. CEMA;

06 Setembro - Delegação de membros da ANS faz entrega de

ofício no Gabinete do Ministro das Finanças;

09 Setembro - Reunião em Montijo-Badajoz (Espanha) com dirigentes da AUME. Delegação da ANS composta por L. Coelho e J. Pereira;

09 Setembro - Cerimónia de Homenagem aos 70 anos da Revolta dos Marinheiros, na Louçã. ANS representada por J. Coutinho;

13 Setembro - Reunião entre as direcções das quatro associações profissionais de militares;

15 Setembro - Reunião de delegados da ANS no Porto (CAS-Porto). Delegação da ANS composta por D. Pereira, J. Pereira e J. Leitão;

16 Setembro - Cerimónia evocativa dos 70 anos da Revolta dos Marinheiros, no Fórum Romeu Correia, em Almada;

18 Setembro - Reunião da comissão para a sessão solene do 5.º aniversário das leis orgânicas;

19 a 24 Setembro - 94.º Presidium da Euromil em Berlim, Alemanha. ANS representada por L. Coelho;

22 Setembro - Reunião de Sargentos em Évora. ANS representada por D. Bugalhão e A. Martins;

22 Setembro - Reunião de Sar-

gentos em Estremoz. ANS representada por L. Bugalhão e A. Martins;

26 Setembro - Reunião entre as direcções das quatro associações profissionais de militares;

27 Setembro - Reunião de Sargentos da Reserva e da Reforma na Delegação do CSA, no Feijó. ANS representada por D. Pereira e A. Martins;

28 Setembro - Reunião de Sargentos da região de Lisboa, na Voz do Operário;

02 Outubro - Reunião de Sargentos da Reserva e da Reforma, no Entroncamento. ANS representada por A. Martins;

02 Outubro - Reunião de Delegados na Atalaia - Entroncamento. ANS representada por L. Coelho e E. Martinho;

03 Outubro - Reunião de Sargentos na Reserva e Reforma, em Sto António da Charneca, Barreiro. ANS representada por L. Coelho.

lho, A. Martins, Laranjeira e Horta;

04 Outubro - Sessão Solene do 5.º aniversário da publicação das Leis Orgânicas, no CAS-Lisboa.

09 Outubro - Quinta entrega de Declarações de Solidariedade no Gab. CEMA;

10 Outubro - Apresentação pública do relatório sobre o incumprimento da legalidade democrática, na sede da ADFA;

12 Outubro - Jornada Nacional de Protesto;

14 Outubro - Cerimónia do 84.º Aniversário da Liga dos Combatentes no Forte do Bom Sucesso em Belém. ANS representada por L. Bugalhão.

Por altura do fecho desta edição estavam em preparação diversas reuniões, internas (Direcção, Secretariado, CPR's) e externas (com diversas entidades), das quais daremos conhecimento no próximo número de "O Sargento". ▲



ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE SARGENTOS CONVOCATÓRIA

Nos termos da alínea a) do artigo 9.º dos Estatutos e do n.º 3 do artigo 12.º do Regulamento Interno, convoco todos os sócios da Associação Nacional de Sargentos em pleno gozo dos seus direitos associativos, para a Assembleia Geral Eleitoral, a realizar na Voz do Operário, sita na Rua da Voz do Operário, n.º 13, em Lisboa, no dia 3 de Fevereiro de 2007, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

ORDEM DE TRABALHOS:

1. Eleição dos Órgãos Sociais para o biénio 2007/2008 (Mesa da Assembleia Geral, Direcção e Conselho Fiscal). A Assembleia de Voto funcionará das 09h00 às 13h00 horas. Não havendo número legal de sócios para deliberar em primeira convocatória, convoco, desde já, a mesma Assembleia Geral para reunir em segunda convocatória, no mesmo local e dia, uma hora depois, com a mesma Ordem de Trabalhos, deliberando então com qualquer número de sócios presentes, de acordo com o n.º 1 do artigo 11.º dos Estatutos. Lisboa, 17 de Novembro de 2006

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral
Dinis Manuel Vitória da Fonseca ▲

ATENÇÃO SÓCIOS DA ANS

Cursos de Mergulho

Protocolo entre a ANS e HALIOTIS (www.haliotis.pt), com condições especiais para sócios da ANS. ●

Grupo Totta

Protocolo entre a ANS e o Grupo Totta — Totta, Crédito Predial e Santander — em vários produtos e serviços: Contas, Crédito Habitação, Crédito Pessoal, entre outros. Obtenha informações junto de qualquer balcão do Grupo Totta. ●

Escapes para automóveis

Protocolo entre a ANS e a SIFECA. Peças e Acessórios para Automóveis, Lda., para a venda de escapes para automóveis nas seguintes condições: Todas as vendas serão na modalidade de venda a dinheiro, com o desconto de 30%.

Esta empresa, fornecedora, entre outros, dos escapes FONOS/WALKER, tem estabelecimentos em:

- Entroncamento, Zona Industrial — Telef. 249 720 059
- Lagoa (Algarve) — Rua Mouzinho de Albuquerque, 3
- Vila Nova de Gaia — Rua Cons. Veloso da Cruz, 81. ●

Caravanas

Protocolo com o Stand Monte Carlo, da Motril, Lda., para a venda de caravanas e autocaravanas, acessórios e material de reposição. Descontos a sócios da ANS de

4% em caravanas; 3% em autocaravanas; 10% em material de reposição; 10% em acessórios. Facilidades de pagamento até 60 meses.

OBS.: Os descontos só são válidos fora de "Campanhas", "Promoções" ou "Feiras".

■ Sede e vendas: Rua Sacadura Cabral, 131 S. Pedro do Estoril - Tel: 214 671 765.

■ Exposição e vendas: Estrada Estoril/Sintra (junto ao Autódromo). ●

Pneus, peças e acessórios

Protocolos da ANS com:

■ Graci Auto, para a venda de peças e acessórios para automóveis, nas seguintes condições: vendas a dinheiro, com desconto de 30%, excepto extras e material de origem.

Rua D. Nuno Álvares Pereira e Luís Falcão de Sommer, 30 A

Tel: 249 725 649.

Entroncamento ●

■ Sulpneus, com 20% de descontos na prestação de serviços (alinhamento de direcção, montagem de escapes, discos e amortecedores, focagem de faróis, equilibragem de rodas, pré-inspecção).

Rua Álvaro Ferreira Alves, 7 - Zona Industrial de Sta Marta do Pinhal - Corroios
Tels: 21 254 39 36 / 21 254 38 84 ●

Combustíveis CEPASA

Protocolo com a CEPASA Portuguesa, Petróleos S.A., para os sócios da ANS e seus familiares directos. O montante de 0,05 m

por litro de qualquer combustível é descontado directamente no acto do pagamento mediante a apresentação do cartão "Cepasa Team". Aos titulares deste cartão assiste também o desconto de 20% em lubrificantes, para além da acumulação de pontos para obtenção de prémios constantes no Catálogo CEPASA.

Pede aos Delegados da ANS a circular explicativa das condições de adesão. A "Proposta de Adesão" tem de ser preenchida para a obtenção do cartão da Cepasa, a qual posteriormente é autenticada pela ANS. Só a ANS pode enviar as propostas à CEPASA para emissão do respectivo cartão.

Os sócios, em especial os que se encontram na situação de reforma ou na reserva, que não receberam a Proposta de Adesão, podem solicitá-la ao Delegado da ANS na unidade, ou directamente à ANS. ●

Construção Civil

Protocolo entre a ANS e a empresa J. Gomes & Gomes, Lda., para obras de construção e reparação, com descontos até 20%.

Contactos: 243 992 681 / 262 949 467 / 91 979 76 28 ●

Medicina dentária

Protocolos com:

■ Lubidente - Centro Médico e Dentário, com descontos de 15% nos tratamentos de Estomatologia, Próteses dentárias e Ortodontia.

Rua Prof. Neronha Feio, 12 A Queijas
Tel. 214 160 672 / 919 469 529

Informa-te junto da ANS

■ Clínica Dentária dr.ª Rosário Saramago, com descontos de 15% nos tratamentos, a sócios e familiares.

Rua Proj. à Miguel Bombarda, 5 - loja 3 (junto ao Centro de Saúde)

Entroncamento
Tel. 249 725 767 ●

Aluguer de viaturas

Na Nacional (rent-a-car) desconto no aluguer de viaturas. As reservas são efectuadas pela ANS. Os associados para usufruírem deste protocolo devem contactar a secretária da ANS para efectuarem o seu pedido.

Localização: Albufeira, Portimão, Faro, Monte Gordo, Lagos, Vilamoura, Porto, Lisboa, Cascais, Leiria, Castelo Branco, Braga, Évora, Ilhavo, Madeira e nos aeroportos de Lisboa, Porto, Faro e Funchal. ●

Instrumentos musicais

Descontos na compra de instrumentos musicais de uma vasta gama de marcas. Protocolo com a firma "O Acorde. Lda.", na Rua do Frágoso, 4, em Évora, que pratica um desconto em todas as marcas de instrumentos de sopro de 26% nas vendas a pronto a sócios da ANS. Esta firma tem uma loja virtual na internet: www.portugalshopping.pt/acorde onde os artigos expostos têm já um desconto de 15%. Nesses artigos os sócios da ANS têm mais 11% de desconto. ▲

8 de Setembro de 1936 - Revolta dos Marinheiros

Que a memória não se apague

No passado dia 16 de Setembro, numa organização conjunta da Associação de Praças da Armada e do Clube de Praças da Armada, apoiados pela Câmara Municipal de Almada, comemorou-se, no Fórum Romeu Correia, em Almada, o 70.º Aniversário da Revolta dos Marinheiros de 8 de Setembro de 1936.

Com uma Comissão de Honra composta pelas ANS, AOFA, ASMIR, ADFA, ASPPM, ANMM, CSA, Sindicato dos Estabelecimentos Fabris das Forças Armadas e da Comissão de Trabalhadores do Arsenal do Alfeite, o evento constituiu-se como uma evocação da memória de todos aqueles que, durante a tenebrosa noite do fascismo, ousaram dizer não. A presença na Mesa de dois antigos presos do Tarrafal (José Barata, um dos marinheiros revoltosos, e Sérgio Vilarigues, dirigente histórico do PCP) sublinhou o carácter simbólico da data, ao mesmo tempo que trazia para os dias de hoje a necessidade de continuar a luta pela dignificação do Homem e dos Povos. Estes homens mostraram, apesar das



suas idades, uma energia e um espírito de missão que são um exemplo para todos, mesmo para aqueles que consideram já não haver necessidade de combater as várias anti-democracias que persistem na nossa sociedade. Na Mesa estavam ainda o almirante Vítor Crespo, o presidente do Clube de Praças da Armada, Carlos Cardoso, o presidente da Direcção da Associação de Praças da Armada, Luís Reis, e o presidente da Câmara Municipal de Almada, Maria Emília Neto de Sousa.

A Comemoração teve início com um pequeno concerto de jazz, seguido dum apresentação de diapositivos, com fotografias dos acontecimentos de Setembro de 1936, após a qual foi feita a abertura da Sessão Solene pelo Alm. Vítor Crespo. Em seguida teve lugar o primeiro momento de emoção no Auditório Fernando Lopes Graça, numa alocução do Marinheiro José Barata, cheia de rigor histórico e de humanismo solidário. Seguiu-se o discurso do presidente da Direcção do Clube de Praças da Armada, no qual foi feita uma descrição do que se vivia na altura na Armada e no País, enquadrando a data no contexto social que o chama-

pelos camaradas da ORA (Organização Revolucionária da Armada), lutando contra a negligência com que a instituição e o Estado tratavam os seus Marinheiros. Quanto mais ignorantes, mais carneirinhos se tornavam...

O discurso seguinte, feito pelo presidente da Direcção da APA, foi no sentido das lutas a travar no presente e no futuro, alicerçando a força necessária para as travar no exemplo dos Marinheiros revoltosos, que, pondo em risco a própria vida, deram aos lutadores antifascistas um sinal inequívoco de coragem e solidariedade com o povo português.

Ainda antes do discurso de encerramento, Sérgio Vilarigues trouxe o ou-

raçando o humor nalgumas passagens, contou como se lutava contra um monstro que parecia indestrutível. A História provou que a opressão nunca é indestrutível e, por isso, Sérgio Vilarigues exortou todos os presentes a nunca baixar os braços perante as dificuldades. É que, como ele disse, "quero aqui declarar que não sou Tarrafalista. Estive preso, isso sim, no Campo de Concentração do Tarrafal, o que é uma coisa bem diferente".

A Sessão Solene de evocação da memória dos 70 anos da Revolta dos Marinheiros seria encerrada pela presidente da Câmara Municipal de Almada, após o que se procedeu à Homenagem aos Marinheiros Tarrafalistas ainda vivos, na qual o presidente da Direcção da ANS teve oportunidade de participar.

Seguiu-se um Porto de Honra no átrio principal do Fórum Romeu Correia, o que permitiu um contacto mais próximo com estes homens corajosos. Para além de José Barata, com 89 anos, esteve também presente Joaquim de Sousa Teixeira, de 90 anos.

Todos são Comendadores da Ordem da Liberdade, e para quem os obstáculos nunca foram impeditivos de gritar bem alto (citando novamente Sérgio Vilarigues) "a todos os marinheiros, a todos os antifascistas, a todos os que amam a liberdade e a democracia: 'sempre para a frente' camaradas!"

Que o seus exemplos nos guiem para persistirmos na luta.

Josué Martins Romão



do Estado Novo promovia. Sintomático desse estado a que já havíamos chegado era, por exemplo, o facto de os mais de 90% de analfabetos entre as Praças da Armada serem alfabetizados

tro momento alto da tarde ao, numa intervenção não prevista no programa de alocuções e dum modo irónico, demonstrar a inteligência na resistência ao regime salazarista. Sem lamúrias,

Josué Martins Romão esteve ausente nestas Comemorações, por motivos de saúde. No fecho de redacção desta edição, tomámos conhecimento do seu falecimento, a 30 de Outubro, com 89 anos de idade. No próximo número faremos a merecida homenagem. ▲